

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA**

**ROBERTA CRISTIANE SANCHES CASARE**

**O SUJEITO DO DESEMPENHO EM BUSCA DA PERFORMANCE: ÉTICA E  
PRÁTICA DAS PSICOCIÊNCIAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Sorocaba

2024

ROBERTA CRISTIANE SANCHES CASARE

**O SUJEITO DO DESEMPENHO EM BUSCA DA PERFORMANCE: ÉTICA E  
PRÁTICA DAS PSICOCIÊNCIAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana, do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de mestre em Estudos da Condição Humana.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelen Christina Leite

Sorocaba

2024

**ROBERTA CRISTIANE SANCHES CASARE**

**O SUJEITO DO DESEMPENHO EM BUSCA DA PERFORMANCE: ÉTICA E  
PRÁTICA DAS PSICOCIÊNCIAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana, da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Estudos da Condição Humana. Sorocaba, \_\_ de fevereiro de 2024.

Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelen Christina Leite

Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba

Examinador

Prof. Dr. Aldo Ambrozio

Universidade Estadual de Campinas

Examinador

Prof. Dr. Marcio Antonio Gatti

Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Humanas e Biológicas

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

### **Folha de Aprovação**

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Roberta Cristiane Sanches Casare, realizada em 19/02/2024.

#### **Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Kelen Christina Leite (UFSCar)

Prof. Dr. Aldo Ambrózio (PUC-SP)

Prof. Dr. Marcio Antonio Gatti (UFSCar)

Às minhas filhas Lavínia e Lívia, que o amor pelo conhecimento seja sempre inesgotável e que o desejo do saber as guie pelas trilhas do crescimento e do aprendizado infinito...

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelen, por ter acreditado e apoiado esse projeto desde o início. Pela maestria como transmite conhecimento de maneira tão gentil, serena e respeitosa, meu infinito obrigado.

A todos os professores e corpo diretivo do PPGECH, pelas trocas que enriqueceram e contribuíram com minha vivência formativa.

Aos colegas de turma, pela parceria, pelas angústias compartilhadas e pela amizade sincera.

Ao meu pai Natale, por ser um exemplo de vida e exímio trabalhador. Formou o meu caráter e me ensinou a valorizar o trabalho árduo. Pelo seu apoio e dedicação infinitos.

À minha querida mãe Jurema, por todo o carinho e amor incondicional. Você é a força que impulsiona o meu caminho. Por acreditar em mim desde sempre, minha gratidão eterna.

Ao meu parceiro e companheiro, Fabrizio, pelo incentivo desde a graduação em São Carlos. Obrigada por sustentar minhas ausências e ansiedades e cuidar tão bem das meninas, nesse período e sempre.

A Giovana, Igor, Manu, Vini e Pedro, por se fazerem sempre presentes.

A Lilian, Marcos, Mel e Theo por fazerem parte da minha vida.

Aos amigos de jornada, que tornam o caminho mais leve e aprazível.

## RESUMO

O presente estudo busca compreender como as “psicociências” se tornaram ferramentas da subjetividade neoliberal e impulsionam o sujeito do desempenho na sustentação do neoliberalismo. A pesquisa em questão procurou fazer uma revisão do processo de construção do sujeito neoliberal, destacando o individualismo e a competição como traços intrínsecos desse sujeito, bem como a narrativa hegemônica do empreendedorismo, como solução ao desemprego estrutural. Além disso, observou-se que a precarização do trabalho, a flexibilização e, mais atualmente, a plataformização têm conduzido os indivíduos a buscarem a alta performance para sobreviverem a um mercado formal de trabalho cada vez mais escasso. A crescente oferta dos profissionais das psicociências servem ao sujeito do desempenho que, por sua vez, busca incessantemente ferramentas e práticas de aprimoramento (*enhancement*) e reprogramação. O narcisismo como psicopatologia social resultante desse contexto é reforçado pela cultura terapêutica e práticas espirituais atuais. As análises realizadas contribuem para questionar a ética das psicociências no contexto atual e evidenciam a importância da ação coletiva e da organização social como contraponto ao individualismo epidêmico dos nossos tempos.

**Palavras-chave:** sujeito do desempenho, empreendedor de si, precarização do trabalho, psicociências.

## ABSTRACT

The present study seeks to understand how the "psycho-sciences" have become tools of neoliberal subjectivity, driving the performance-oriented individual in sustaining neoliberalism. The research in question aimed to review the construction process of the neoliberal subject, highlighting individualism and competition as intrinsic traits of this subject, as well as the hegemonic narrative of entrepreneurship as a solution to structural unemployment. Furthermore, it was observed that work precarization, flexibilization, and more recently, platformization, have led individuals to pursue high performance to survive in an increasingly scarce formal job market. The growing supply of professionals in psycho-sciences serves the performance-oriented individual, who, in turn, relentlessly seeks tools and enhancement and reprogramming practices. Narcissism as a social psychopathology resulting from this context is reinforced by contemporary therapeutic culture and spiritual practices. The analyses conducted contribute to questioning the ethics of psycho-sciences in the current context and highlight the importance of collective action and social organization as a counterpoint to the epidemic individualism of our times.

**Keywords:** performance-oriented individual, self-entrepreneur, work precarization, psycho-sciences.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> .....	52
<b>Figura 2</b> .....	53
<b>Figura 3</b> .....	53
<b>Figura 4</b> .....	54
<b>Figura 5</b> .....	55
<b>Figura 6</b> .....	55
<b>Figura 7</b> .....	57
<b>Figura 8</b> .....	60
<b>Figura 9</b> .....	60
<b>Figura 10</b> .....	61
<b>Figura 11</b> .....	62
<b>Figura 12</b> .....	62
<b>Figura 13</b> .....	63
<b>Figura 14</b> .....	68
<b>Figura 15</b> .....	68
<b>Figura 16</b> .....	69
<b>Figura 17</b> .....	69

## SUMÁRIO

1.Introdução .....	11
2. O Sujeito neoliberal .....	14
2.1 Processo Histórico .....	14
2.2 A construção do Sujeito Neoliberal.....	19
2.3 A precarização do Trabalho.....	29
3. A cultura terapêutica e as psicociências.....	37
3.1 As tecnologias do sujeito do Desempenho .....	43
3.2 Os profissionais das psicociências e a narrativa do empreendedor de si.....	49
4. O autocuidado, o individualismo e o narcisismo.....	65
5. Considerações Finais .....	74
6. Referências Bibliográficas .....	77

## 1 INTRODUÇÃO

Exaustos e correndo. Exaustos e correndo. E a má notícia é que continuaremos exaustos e correndo, porque exaustos-e-correndo virou a condição humana dessa época.

Eliane Brum

O tema do desemprego sempre me intrigou e, para aqueles que pertencem à “classe que vive do trabalho”<sup>1</sup>, é sempre uma experiência temida, já que abala a identidade e a própria sobrevivência. Há mais de uma década, atendo profissionais em transição de carreira que buscam se recolocar no mercado formal de trabalho e, durante esses atendimentos, pude notar que algumas pessoas, uma vez desligadas das empresas nas quais trabalhavam, dificilmente conseguem retornar à formalização. Essas pessoas enfrentam dificuldades quase intransponíveis, mesmo após inúmeras tentativas de encontrar um novo emprego.

O desemprego estrutural como sustentáculo do neoliberalismo exclui parcelas inteiras da população que, sem acesso a uma condição digna de trabalho e renda, permanecem à margem do sistema formal de trabalho (Antunes, 2018). A essa população excluída, resta se resignar e abraçar o discurso do empreendedor de si, narrativa que, de tanto ser repetida por diversos atores sociais, é tomada como a única realidade possível. Assim, a narrativa do empreendedorismo é amplamente divulgada e reforçada pelo mercado de trabalho, pelo Estado, pela mídia, pelas práticas religiosas e, inclusive, mais recentemente, pelos profissionais de saúde e bem-estar.

O empreendedorismo difundido como panaceia do problema do desemprego estrutural e da baixa resposta ao crescimento econômico tem como pano de fundo o aumento exponencial da precarização das relações trabalhistas. Em nome de uma pretensa liberdade, prosperidade e ascensão social, muitos trabalhadores são seduzidos pela ideia de empreender. No entanto, na realidade, veem sua carga de trabalho aumentar, seus recebimentos financeiros diminuir e seus direitos sociais e previdenciários desmantelarem-se, formando uma nova classe denominada “precariado” (Standing, 2017).

O neoliberalismo, como um fenômeno global e que não se limita à economia, precisa também dominar as mentes e corações, induzindo e criando uma

---

<sup>1</sup> Classe-que-vive-do-trabalho – Segundo Ricardo Antunes (2018, p.101), “ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, conforme a definição marxiana”.

subjetividade. O sujeito do desempenho é muito mais produtivo e é também um sujeito de “autoexploração”: como empresário de si, ele se torna seu próprio alçoz e seu escravo ao mesmo tempo (Han, 2017).

A crença irrefletida no esforço individual, como a única condição para obtenção do sucesso nos negócios, cria uma massa de trabalhadores precarizados, ressentidos e emocionalmente doentes. A descentralização do poder para o indivíduo faz com que a luta se dê menos por grupos ou classes, mas muito mais pela luta interna individual (Han, 2017).

A ideologia do empreendedorismo renega a relevância das ações coletivas e da sindicalização como agentes de mudança em larga escala, e a desarticulação da organização social dá lugar ao “investimento” em si. As psicociências, por sua vez, vêm desempenhando um papel crucial na disseminação das abordagens e terapêuticas que prometem maximizar a performance e o desempenho do sujeito, mas que, paradoxalmente, tendem a reforçar a culpabilização do indivíduo por seu fracasso, aprisionando-o nessa condição, ao invés de promover sua conscientização e emancipação diante dessa realidade adoecedora.

A sociedade do desempenho leva ao esgotamento e enfatiza determinadas psicopatologias sociais em detrimento de outras, sendo, ao mesmo tempo, a criadora e a gestora do sofrimento psíquico e social (Safatle; Dunker; Silva Jr., 2021). O narcisismo, assim como o *burnout*, têm se destacado como psicopatologias sociais de nossos tempos.

O objetivo desta pesquisa é aprofundar a compreensão do desenvolvimento da subjetividade neoliberal, concentrando-se, em particular, na análise do papel desempenhado pelas psicociências na promoção do sujeito orientado pelo desempenho e capturado pela ideologia do mercado. Além disso, busca-se examinar de que forma a cultura terapêutica contemporânea e as práticas espirituais da atualidade contribuem para fortalecer determinadas psicopatologias sociais em detrimento de outras.

O trabalho em questão é realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e revisão crítica, focalizando os temas centrais desta investigação: a construção do sujeito neoliberal, a formação do sujeito orientado pelo desempenho e o papel das psicociências nesse contexto. Adicionalmente, visando uma contextualização mais aprofundada das temáticas

abordadas neste estudo, se propõe a analisar, à luz da discussão teórica desenvolvida, determinados *posts* selecionados de perfis pertencentes a profissionais da psicologia, os quais foram publicados em suas páginas profissionais na rede social Instagram. Este enfoque pretende tornar mais visíveis os conceitos teóricos previamente explorados, enriquecendo, assim, a compreensão das interações entre as ideias discutidas e as práticas observáveis no âmbito das psicociências.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão histórica do neoliberalismo e do processo de construção do sujeito neoliberal. Além disso, aborda-se a hegemonia do discurso do empreendedor de si em virtude da precarização, flexibilização e, mais recentemente, da plataformatização do trabalho e seus impactos na constituição desse novo sujeito.

Já no segundo capítulo, procura-se compreender como as psicociências tornaram-se tecnologias amplamente utilizadas pelo sujeito do desempenho que, em busca da alta performance, procura sobreviver em um mercado altamente competitivo, além de discutir como a narrativa do empreendedor de si tem sido disseminada e aplicada pelos profissionais das psicociências.

O terceiro capítulo procura abordar como as práticas terapêuticas e a disseminação da cultura do autocuidado têm estimulado uma sociedade cada vez mais individualista e narcisista. E, por fim, as considerações finais.

## 2 O SUJEITO NEOLIBERAL

### 2.1 PROCESSO HISTÓRICO

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.  
É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.  
E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria,  
o pensamento, que só à humanidade pertence.

Bertold Brecht

O neoliberalismo, assim como todos os grandes fenômenos históricos recentes, vem alterando a história global de maneira muito profunda (Brown, 2019). Tais ideias moldam e impactam sujeitos, instituições e Estados, a partir de uma nova racionalidade política e econômica, a qual Dardot e Laval (2016) denominaram de uma nova razão de mundo.

A ideologia neoliberal que vivenciamos hoje e que se consolidou no final do século XX tem sua origem no debate instaurado no final dos anos de 1930. Friedrich A. von Hayek, a partir da publicação de seu livro: “O Caminho da Servidão”, publicado em 1944, logo após a Segunda Guerra Mundial, instaurou no debate público discussões que passarão a ser centrais para o desenvolvimento do neoliberalismo, estabelecendo-o como um fenômeno que tem por princípio, ao menos teórico, a liberdade total do Estado, não só política, mas principalmente econômica (Anderson, 1995).

Hayek, nessa publicação, tinha como alvo o Partido Trabalhista inglês e os movimentos sindicais, e defendia que as políticas keynesianas responsáveis pela construção do *Welfare State* eram um impulso à criação do Estado Totalitário e que esse levaria ao mesmo desastre do nazismo alemão (Anderson, 1995). Assim, o grande alvo era o Estado indutor do desenvolvimento econômico e provedor das políticas sociais, ou seja, um ataque ao Estado Providência, como descrito por Rasanvallon (1997).

No pós-guerra, o Estado de bem-estar social havia se consolidado na Europa e, Hayek, em meados dos anos de 1940, convocou outros intelectuais para que, juntos, uma vez reunidos no que se denominou de Sociedade de Mont Pèlerin, pudessem debater a propositura do neoliberalismo enquanto política econômica a ser adotada. Nos encontros dessa Sociedade, destacavam-se alguns nomes, como:

Ludwig von Mises, Karl Popper, Milton Friedman e outros como mentores da corrente neoliberal austro-americana (Dardot; Laval, 2016).

Mises e Hayek advogam pela superioridade da economia de mercado, pois nela o indivíduo deve ser livre para decidir as suas ações, já que somente ele sabe o que é bom para si. Além disso, esses autores atribuem um papel central ao mercado, porque enxergam nele um processo subjetivo. Esse mercado que utiliza motivações psicológicas é descrito por Dardot e Laval (2016) como sendo um processo de autoformação do sujeito econômico, “um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir”. Para os autores, o mercado constrói o seu próprio sujeito (Dardot; Laval, 2016, p. 139).

Mises, por sua vez, acredita que o homem é por si só um empreendedor, um ser ativo, e que todo indivíduo tem algo de empreendedor intrínseco a ele, sendo papel da economia de mercado estimular esse “empreendedorismo” humano (Dardot; Laval, 2016). O empreendedorismo aqui é percebido como inato ao humano e, a partir da disseminação dessa crença, observa-se que todas as relações vêm sendo afetadas pela dimensão empresarial e empreendedora dos sujeitos, impactando todas as esferas da vida e dos grupos sociais.

Além da naturalização da subjetividade empresarial, os austríacos Von Mises e Hayek afirmavam que a concorrência do mercado acontecia por um processo de busca das informações e da descoberta das oportunidades que levam o sujeito a superar os outros na obtenção de lucro (Dardot; Laval, 2016). Dois elementos estão aqui presentes como premissa dessa ideologia: a competição e a rivalidade. Para que a competição e a rivalidade ocorram de maneira eficaz e natural, o Estado precisa não intervir, permitindo que os indivíduos sejam livres para concorrer entre si: “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot; Laval, 2016, p. 317).

Em suma, é relevante ressaltar que destacamos aqui duas características do sujeito, delineadas pelos teóricos liberais e que serão extensivamente discutidas ao longo desta pesquisa: o empreendedorismo e a competição.

Brown (2019, p. 31) destaca que os princípios de mercado se tornam princípios de governo e esses são disseminados para todas as instituições e por toda a sociedade: “Esses princípios (...) governam cada esfera da existência e reorientam o

próprio *homo oeconomicus* transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidade em um sujeito da competição”.

Se a livre competição é uma premissa do projeto neoliberal, paradoxalmente, o neoliberalismo atual permite muito mais intervenção do Estado ao compararmos com os primórdios do liberalismo. Essa intervenção ocorre especialmente nos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos, o que Safatle (2020) chama de engenharia social. É um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Para que o empreendedorismo e a livre-iniciativa pudessem acontecer, se fez necessário despolitizar a sociedade, retirando a pressão das organizações coletivas, como as associações e sindicatos, que ousam questionar a noção de liberdade (Safatle, 2020).

Quando avançamos no tempo, observamos também que o capitalismo de nossos dias, como outrora, é baseado em monopólios, quando não oligopólios, contradizendo as premissas originais dos pensadores liberais que nunca se materializaram. Para Leite (2007), o mercado autorregulador é um mito, pois a história nos mostra que o mercado concentra capital, poder e informação, criando oligopólios inclusive com a ajuda do próprio Estado.

Apenas quatro companhias aéreas, por exemplo, controlam o espaço aéreo estadunidense e apenas cinco bancos controlam metade dos ativos financeiros nos EUA. O Google controla 90% das buscas *online*, a Meta (Facebook e Instagram), 80% das redes sociais, e o iPhone da Apple e o Android da Google comandam o mercado de *apps* para *smartphone* num duopólio. Desse modo, boa parte dos segmentos econômicos são comandados por grandes monopólios que dominam o mercado globalmente (Gala, 2018).

O neoliberalismo que se apresenta atualmente não consiste apenas na implementação da doutrina dos anos de 1940, mas é fruto de uma seleção de elementos escolhidos que se consolida nessa *práxis*: “o neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição” (Dardot; Laval, 2016, p. 21). Se na primeira fase do liberalismo as questões principais gravitavam sobre os limites de ação do estado e do mercado, nesta reedição, o mercado passa a ser o princípio norteador das políticas de governo e das subjetividades, ou seja, do governo de si (Dardot; Laval, 2016).

No livro “Nas ruínas do neoliberalismo”, Brown (2019) analisa como o neoliberalismo proposto pelos seus intelectuais originais, Hayek e Friedman, se distancia daquilo que se tornou a atualidade política e econômica do mundo:

Ao contrário, o entusiasmo popular com os regimes autocráticos, nacionalistas e em alguns casos neofascistas, abastecidos pela disseminação de mitos e pela demagogia, afasta-se tão radicalmente dos ideais neoliberais quanto os regimes comunistas estatais repressivos afastavam-se de Marx e de outros intelectuais socialistas, mesmo que, em ambos os casos, a planta disforme tenha crescido do solo fertilizado por aquelas ideias (Brown, 2019, p. 18).

Com o neoliberalismo, crescem não só o fascismo, mas também outros poderes, como “o racismo, niilismo, fatalismo e ressentimento” (Brown, 2019, p. 19). Para a autora, o neoliberalismo não fabrica apenas regimes ditatoriais, mas observa que as democracias liberais seguem cada vez mais esvaziadas, com pouco espaço para a mediação de conflitos e garantia da cidadania.

Para esse regime, a liberdade econômica é a principal e única liberdade que interessa e, se necessário for, criar governos totalitários para sustentar o regime econômico, isso deverá ser feito. A democracia deve estar submetida aos princípios econômicos, garantindo a “soberana” liberdade do indivíduo (Oliveira, 2021). O neoliberalismo coloca em risco os governos democráticos e, paradoxalmente, até mesmo a própria liberdade e, não à toa, flerta com o conservadorismo.

Para Almeida e Almeida (2020), criou-se uma *hiperfetichização* do mercado. Inclusive, observamos características e sentimentos humanos sendo atribuídos massivamente pela mídia. Um bom exemplo disso é quando, em razão de algum fator político ou eleitoral, ouvimos dizer que o mercado “ficou nervoso” ou “reagiu mal”, ampliando a antropomorfização da “mão invisível” de Smith.

O “mercado ficou eufórico”, “o maior temor do mercado” ou “a expectativa do mercado” são exemplos de termos levantados por Bonafé (2018) em seu trabalho de pesquisa sobre o discurso antropomórfico do mercado, em notícias publicadas durante o processo de golpe da presidenta Dilma Rousseff, denominado, à época e ainda hoje em alguns meios, de *impeachment*. Podemos pensar que essa linguagem extensivamente utilizada pelos noticiários vai além da humanização do mercado: o transforma em uma entidade, em um novo deus que deve ser servido e agradado pelo seus asseclas.

Diante disso, o neoliberalismo é terreno fértil para o surgimento de uma nova classe social, que Standing (2017) denomina de precariado. Uma classe que perdeu o controle sobre o seu tempo, sua ética e seu conhecimento e que deve estar sempre disponível para o trabalho e nunca para a política. Sem engajamento político, o precariado é atraído pelo carisma e pelas campanhas das redes sociais, o que representa um sério risco para a democracia. Para o autor, o precariado, além de ser uma nova classe, é também uma classe perigosa, pois, em contraponto com a classe do fordismo, é mais desorganizada, difusa e oscilante, flertando com o neofascismo e a extrema direita.

A descrença generalizada na classe política faz com que muitas pessoas questionem os partidos tradicionais atuais que deixaram de atender aos interesses populares, abrindo um perigoso espaço para que partidos de extrema-direita cresçam em todos os continentes. E mesmo aqueles que resistem aos apelos dos políticos demagogos, caem num cinismo acentuado sobre a política, diminuindo ainda mais a adesão popular aos valores democráticos, gerando risco ao regime (Mouffe, 2005).

O discurso nostálgico e simplista dos políticos extremistas de direita, atraem o precariado que anseia retornar a um passado pretensamente próspero e de pleno emprego, mas que no entanto combate qualquer ação que visa intervir na criação de mais emprego ou da própria reindustrialização.

E assim, a desesperança em relação ao futuro, somada à desilusão do não cumprimento de sucesso individual feita pelo neoliberalismo, não levam a uma maior solidariedade, mas, sim, ao ódio e ao desejo de vingança (Almeida; Almeida, 2020).

O individualismo se dissemina, enfraquecendo os valores da cidadania e da democracia, e o trabalho cada vez mais desregulamentado, informal e mais intensificado destrói todos os laços de solidariedade e de ação coletiva possíveis, tornando as relações também cada vez mais individualizadas (Antunes, 2018). O neoliberalismo fragiliza os sindicatos, mas não só isso, ele impacta trabalhadores e trabalhadoras como seres políticos, visto que a ação coletiva coloca em risco a própria política neoliberal.

A fragilização dos sindicatos é agravada pelo individualismo imposto pelo neoliberalismo, que conduz à fragmentação da classe dos que vivem do trabalho e retira dos trabalhadores e trabalhadoras a condição de seres coletivos que atuam em favor da melhoria da sua condição social. Com isto, a classe que vive do trabalho – a classe em si – não atua como classe para si (Almeida; Almeida, 2020, p. 32).

Podemos afirmar que, nesse contexto, surge uma nova concepção de sociedade: individualista, privatizada, pouco solidária e muito desigual, mas que fica satisfeita com essa desigualdade e que atua para a manutenção desse sistema. Com uma ideologia bem demarcada, temos a exaltação do indivíduo, a relação deste com a liberdade que é sempre individual, além da criação de uma nova subjetividade: o sujeito neoliberal (Pineda, 2021).

Há sempre uma crença, na tradição capitalista, de que a livre competição entre indivíduos, em busca do lucro e dos seus interesses privados, pode produzir o benefício coletivo. Dessa forma, mais do que levar as pessoas a construírem objetivos comuns, o que se busca é valorizar o sucesso individual a qualquer custo, pouco importando os meios pelos quais ele é alcançado.

(...) fazer-se individualmente bem-sucedido, pela conquista de metas de riqueza material que possibilitem um consumo ilimitado e uma alocação privilegiada no espectro da hierarquia social: são estes o objetivo e o ideal comum que quase todos perseguem! (Pacheco Filho, 2005, p. 162).

Cabanas e Illouz (2019) analisam o neoliberalismo a partir de uma visão ampla. Para os autores, deveriam ser consideradas as seguintes questões quando se aborda esse tema: 1) a extensão do campo da economia para todas as esferas da vida; 2) a crescente imposição tecnocientífica na política e sociedade; 3) o reforço do princípio utilitarista da eficácia e do engrandecimento dos processos de privatização; 4) a tomada de risco e flexibilização do trabalho; 5) a mercantilização das dimensões simbólicas e imateriais, como identidades, sentimentos e estilos de vida. 6) A consolidação da ética terapêutica que coloca a saúde emocional e a necessidade de realização pessoal no centro do progresso social.

Todos os itens apontados pelos autores acima são relevantes para compreender as premissas neoliberais. No entanto, neste trabalho nos debruçamos principalmente sobre o primeiro e último item.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

Antunes (2018), refletindo sobre o ensaio “A reificação e a consciência do proletariado” de Lukács, comenta que a divisão taylorista do trabalho penetrava até à

“alma do trabalhador”, afetando a subjetividade operária num processo de coisificação. Por outro lado, em 1934, no texto “Americanismo e Fordismo”, Gramsci observa que esse fenômeno equivalia ao “maior esforço coletivo já feito para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador exigindo um novo tipo de homem” (Gramsci, 2001, p. 267). Assim, o americanismo – podemos subscrever como fordismo – que se espalhava como ideologia e cultura à época, produzia, para o autor, uma mudança psicofísica dos sujeitos, constituindo não só um novo tipo de trabalhador, mas um novo modo de vida, instaurando o que mais tarde ficou consagrado como o *american way of life*.

Ao analisar o americanismo [fordismo] e, portanto, a nova disciplina imposta à força de trabalho, Gramsci (2001) se atenta, por exemplo, para o fato da forte repressão sexual e da sexualidade. Compreende a função econômica da própria reprodução e ressalta que, diante do papel que estava sendo reservado às mulheres, enquanto não alcançassem uma real independência face ao homem em um novo modo de conceber a si mesma e seu papel nas relações sexuais, a própria questão sexual mais ampla continuaria plasmada por aspectos mórbidos. E, desse modo, o fordismo produziu a “domesticação” dos empregados, visando que estes atendessem às normas e regras rígidas de condutas morais.

Deve observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado (Gramsci, 2001, p.252).

O autor afirma, ainda, que a busca pelo equilíbrio psicofísico do trabalhador com o objetivo de aumentar a produtividade envolvia a cooptação e a disciplinarização dos trabalhadores, pois esses não poderiam ser o tempo todo coagidos. Essa persuasão passou a ser organizada não só no local do trabalho, mas na sociedade como um todo. As mudanças subjetivas e de adaptação psicofísicas são detalhadas por Gramsci do seguinte modo:

(...) a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência (Gramsci, 2001, p. 251).

Gramsci, portanto, foi pioneiro ao perceber a necessidade de uma mudança subjetiva e psíquica do trabalhador para atender aos objetivos do capital. Outros autores que o sucederam, como Lukács, Foucault, Dardot, Laval, Brown, dentre outros, aprofundaram e contribuíram com novas reflexões, a partir de linhas teóricas distintas, mas que dialogam com o pensamento original de Gramsci.

Para Dardot e Laval (2016), processos de normatização e técnicas disciplinares são criados para incutir uma educação da mente e controle total da existência de sujeitos. Os autores nomeiam esses processos de “dispositivos de eficácia”, que permitem produzir mentes e corpos a serviço da produção e do consumo. Vemos aqui, além do adestramento dos corpos, a gestão das mentes: “o novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento” (Dardot; Laval, 2016, p. 320). Essas questões guardam semelhança com toda a tradição marxiana e marxista em seu debate sobre ideologia, alienação, reificação e coisificação.

A figura do homem-empresa ou do sujeito empresarial que vai se delineando no fim do século XX produz, mais uma vez na história do capitalismo, importantes mudanças no funcionamento psíquico dos indivíduos. Para que haja uma abrangência do poder do mercado sobre o Estado, empresas, instituições e sociedade, há que se atuar na constituição de um novo sujeito (Dardot; Laval, 2016) e o neoliberalismo é extremamente eficaz em mudar mentes e corações, criando outras e novas subjetividades.

As instituições que, em princípio, buscavam disciplinar sujeitos e que tentavam convergir interesses distintos em um objetivo comum, que já vinham há tempos em crise, têm agora, no neoliberalismo, uma homogeneização do discurso em torno da figura da empresa, fabricando um “sujeito empresarial” ou “sujeito neoliberal” (Dardot; Laval, 2016).

A sociedade disciplinar vai modificando-se e vai dando lugar a um outro tipo de sociedade, com foco no desempenho. Na “sociedade do desempenho”, o sujeito deve

ser ainda mais produtivo, o tempo é acelerado e esse sujeito passa a responder a outro tipo de coerção:

O sujeito do desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo [como no fordismo]. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coerção coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho (Han, 2017, p. 29).

As novas práticas de fabricação e gestão do sujeito procuram fazer com que “o sujeito trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega” (Dardot; Laval, 2016, p. 327). Esse sujeito deve agora cumprir as atividades esperadas dele e “para isso, deve-se reconhecer a parte irredutível do desejo que o constitui”. O ser desejante não distingue mais a origem do desejo, e passa a cumprir como se esse fosse o seu próprio desejo. O sujeito neoliberal é um sujeito ativo, envolvido e motivado. O desejo é agora o alvo de um novo modo de exercer o velho poder.

A constituição do sujeito se dá sempre a partir do olhar e do desejo do outro. Ao pensarmos nos primórdios da formação humana, podemos dizer que o bebê é desejado pela sua mãe e, por isso, vai sendo constituído pela linguagem e inserido na cultura. No entanto, esse mesmo ser em constituição confronta-se com o próprio desejo de ser absolutamente desejado. Esse desejo narcísico, necessariamente, precisa ser transformado para que se viabilize a relação com o social, com a comunidade (Pacheco Filho, 2005).

É dessa forma que o sujeito precisa abandonar a condição de objeto de desejo absoluto de sua mãe, para que possa buscar novos objetos na cultura, identificando-se com aqueles que realizaram a sua própria castração simbólica. Pacheco Filho (2005) destaca que, muitas vezes, essa castração gera uma nostalgia de retorno à posição fálica e narcísica e passa a ser alimentada não apenas na solidão e isolamento dos sintomas individuais, mas também na construção coletiva dos sintomas sociais que compartilha com o seu grupo social:

sintomas sociais, estes, que responderão pelas mais altas realizações da cultura humana, mas, também, por outro lado, pelas exclusões e preconceitos de toda ordem: pelos racismos, fascismos, marginalizações e violência contra outros grupos sociais, como é o caso dos negros, gays, estrangeiros e pobres (Pacheco Filho, 2005, p. 3).

O sujeito desejanste, que busca liberdade de ação e de se desfazer das amarras da sociedade disciplinar, encontra no excesso de trabalho e no alto desempenho a “autoexploração”: “essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo explorado” (Han, 2017, p. 30). Trata-se de uma certa subversão da lógica explorador/explorado que torna a exploração exercida pelo capital ainda mais profunda.

O sujeito que desejava suprimir qualquer tipo de alienação passa, agora, a obedecer ao próprio desejo, onde o Outro fala em voz baixa dentro de si, o internalizando. Dardot e Laval (2016, p. 327) afirmam que a gestão moderna é um governo “lacaniano”:

(...) o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção das figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue obter com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo.

Ao tornar-se o seu próprio empresário, há uma descentralização do poder para as potências individualizadas e a luta se dá agora menos pela luta coletiva, mas muito mais pela luta interna individual: “o sujeito de desempenho concorre consigo mesmo e se vê forçado a superar constantemente a si próprio” (Han, 2019, p. 100).

A individualização neoliberal e a lógica da flexibilização passam também a afetar diretamente a socialização dos indivíduos. A fragilização dos direitos e o enfraquecimento do suporte do Estado tornam os sujeitos vulneráveis ainda no auge de sua vida ativa. Quanto maior é a precariedade profissional, menor é a possibilidade de apoio do meio social e a insegurança gerada por esse contexto não alimenta somente a pobreza, mas dissolve os laços sociais e altera as estruturas psíquicas dos indivíduos.

Para Dardot e Laval (2016), a empresa não é uma “comunidade” ou mesmo um lugar de realização pessoal, mas sim um instrumento e um espaço de competição:

Ela é apresentada idealmente, acima de tudo, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da “falha zero”. Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (Dardot; Laval, 2016, p. 325).

Dardot e Laval (2016) estão respaldados em sua análise, conforme Leite (2020) correlaciona com outros autores:

A afirmação de Dardot e Laval pode remeter à famosa frase expressa por Thatcher, no *Sunday Times*, de 7 de maio de 1988: “a economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma”; processo esse que Gramsci (1988) descreve e analisa no clássico *Americanismo e Fordismo* demonstrando o quanto a produção em massa, àquela época, estava mudando objetivamente o trabalho, mas também a subjetividade do trabalhador, ao constituir um novo homem apto para o novo tipo de produção e trabalho. Ou, ainda, a afirmação de Lukács (2013) quando, ao analisar o fordismo, demarcava que esse era a representação de uma apreensão da subjetividade do trabalhador, invadindo a consciência dos sujeitos. Alves (2011) por sua vez, também demarca que o processo de precarização do trabalho atinge tanto a objetividade quanto a subjetividade da classe trabalhadora, pois o eixo central das mudanças está na captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital (Leite, 2020, p. 116).

Assim, as intrusivas narrativas neoliberais vão se alastrando e modificando sutilmente o cerne mais íntimo dos sujeitos que, sem questionar, têm os seus desejos mais uma vez transformados a partir das premissas do mercado.

O mal-estar da individualização de maneira insistente na vida dos sujeitos cria o apego às narrativas ou ideologia que lhes dê minimamente alguma segurança, sejam elas religiosas, políticas ou “científicas”. Dessa forma, a narrativa do empreendedor de si mesmo difunde a responsabilização dos trabalhadores não apenas no que concerne ao processo produtivo, mas também a uma eventual condição de desemprego que possa acontecer nos momentos de crise (Barbosa, 2011).

A responsabilidade pelo sucesso ou fracasso depende apenas do desempenho de cada um, ou seja, da sua própria performance. É uma narrativa que dissemina o imaginário da competência e do indivíduo empreendedor de si mesmo, unicamente responsável pela sua empregabilidade.

(...) estamos diante de um indivíduo jogado em um mundo em que uma forma de sociabilidade baseada na condição de precariedade tende a naturalizar-se. Para tal, os discursos de inspiração neoliberal tentam realçar tão somente a dimensão positiva da figura do empreendedor de si mesmo e gradativamente esvaziar o caráter nocivo que as noções de incerteza e insegurança possuem no imaginário dos que nunca vivenciaram, e que, até segunda ordem, não mais terão a possibilidade de vivenciar alguns importantes direitos sociais ligados ao mundo do trabalho (Barbosa, 2011, p. 18).

O funcionamento empresarial impacta todas as esferas da existência, iniciando na infância, passando pela instituição escolar, pelas relações familiares, sociais e afetivas, fundando uma nova ética. Nessa nova ética, encontra-se a valorização do indivíduo competente e competitivo, que está em busca da melhoria contínua, que trabalha a si mesmo com o objetivo de tornar-se cada vez mais eficaz. A constante vigília, a formação para toda a vida (*life long training*) e a empregabilidade, são conceitos cada vez mais difundidos pela sociedade empresarial (Dardot; Laval, 2016).

No empresariamento da vida para que o sujeito possa ser competitivo, ele transforma a si mesmo em capital humano, gerenciando sua rotina como uma empresa, e passa a investir em si para acumular aptidões, capacidades e competências, transformando-se no empresário de si mesmo (Ambrozio, 2012).

O “capitalismo emocional” do neoliberalismo é capaz de produzir, manipular, mobilizar e neutralizar afetos e necessita de condições intrapsíquicas para se desenvolver. De todos os afetos produzidos, mobilizados e manipulados, o medo é um dos principais mecanismos de dominação: o medo da fome, da miséria, do desemprego, do futuro e da morte (Almeida; Almeida, 2020). E, assim, o discurso econômico vai se formando “nos jogos da representação” nos quais a vida enfrenta a morte e o homem se arrisca diante de uma natureza hostil. Só a ideia de escassez faz a economia tornar-se necessária (Safatle; Dunker; Junior, 2021).

É por esse caminho que as mentes dos trabalhadores são forjadas, fazendo com que permaneçam em constante estado de alerta diante da possível escassez do mercado. Há o temor, sempre presente, de passar do trabalho formal remunerado

para a precarização e, desta, para a exclusão definitiva do mercado. O risco de uma vez expulso do mercado formal, não encontrar lugar no “mercado” informal, o que o lançaria em uma condição de inutilidade e de descartabilidade, gera uma insegurança constante.

O fantasma do desemprego, da obsolescência e os riscos do negócio sendo transferidos para o trabalhador, acabam gerando mais comprometimento e maior disponibilidade, produzindo os “sujeitos empreendedores” e criando relações de competição entre trabalhadores que acirram ainda mais a insegurança (Dardot; Laval, 2016).

Para Antunes (2018), o profissional precarizado não tem controle sobre o seu tempo e, por isso, vive em um estado permanente de prontidão. Sempre à espera de que haja algum trabalho, realiza quantidades maiores de trabalho, porque nunca sabe como gerir o tempo. Para o autor, a mente precarizada é um mal epidêmico. Nesse cenário, vemos que o trabalhador não pode descansar nunca. Precisa sempre se preparar para o próximo trabalho, sacrificando os finais de semana em cursos, treinamentos técnicos, de aperfeiçoamento e de desenvolvimento pessoal e comportamental. Em busca de manter a empregabilidade alta, ele se lança incessantemente em novas e infinitas formações.

No entanto, cada vez mais um grupo minoritário permanece no topo dos assalariados e a instabilidade pode obrá-los a cair diante de qualquer oscilação do mercado. Além desses, uma massa de empreendedores, “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo”, também são assolados pela inconstância em um mercado que é para poucos (Antunes, 2018).

A luta incessante e a vigília que o indivíduo precisa travar para se fazer e se manter como empreendedor é contagiante: “todos imitam os melhores, tornam-se cada vez mais vigilantes e, progressivamente, adquirem *entrepreneurship*” (Dardot; Laval, 2016, p. 146).

Costa (2017), inspirada em Foucault, utiliza o termo “governa-mentalidade” ao se referir às mudanças que o neoliberalismo produz sobre os sujeitos, a partir de discursos que são progressivamente naturalizados:

Chegamos a um processo de construção de subjetividade não mais regulado pelo ideal burguês revolucionário ou (anti)democrático do individualismo, mas antes pelo ideal da permanente (re)individualização.

O sujeito é obrigado a ser 'racional', a perseguir os seus próprios interesses, a competir para vencer, a ser absolutamente responsável por todas as suas escolhas e consequências (Costa, 2017, p. 13-14).

Ela enfatiza, ainda, que quando o sujeito falha, pois não atendeu às expectativas impostas, deve ser punido, o que apenas reforça a responsabilidade do sujeito em qualquer condição ou circunstância.

Em "O Capital", Marx já apontava para as contradições da liberdade na sociedade capitalista: aquele que vende sua força de trabalho é livre proprietário de si mesmo, pois é o único dono da sua capacidade de trabalho, no entanto, por não possuir os meios de produção, não é livre. Desse modo,

(...) a decisão de ingressar no mercado [de trabalho] foi tão 'livre e voluntária' quanto a de quem entrega seus bens aos ladrões em troca de sua vida. Marx deixa claro que o capitalismo pressupõe dois tipos de proprietários de mercadorias, os que possuem os meios de produção e os que possuem a força de trabalho (Borón, 1994, p. 69).

Assim, se por um lado, o trabalhador deve ser não-propriedade, por outro, é não-proprietário (Prado, 2011). O capitalismo é constituído sob contradições e a contradição entre liberdade e *não liberdade*, é apenas mais uma delas:

O trabalhador é *não propriedade* e este é um aspecto positivo da liberdade, por sua vez, o fato de também ser *não proprietário*, representa um aspecto negativo. Pois o trabalhador, uma vez desprovido das condições materiais para o trabalho, deve se deslocar até o mercado para vender sua própria pele e se submeter no interior da produção aos ditames do capitalista. O fato de ser *não proprietário* é uma condição para a sua liberdade, pois assim, ele é livre para se movimentar no mercado, mas em contrapartida, esta é uma condição para a sua *não-liberdade* (Prado, 2011, p. 11).

Trabalhar é contraditório, como reflete Antunes (2018, p. 31), pois "emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza". Essa dialética é enfatizada pelo autor no seguinte trecho:

(...) o sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital (Antunes, 2018, p. 31).

Há uma mudança clara da percepção do trabalhador nos tempos atuais. A grande massa de trabalhadores presentes na indústria se percebia, de modo geral,

como explorada. Havia, de modo mais marcante, essa consciência de classe, enquanto o trabalhador de hoje se vê muito mais “livre”:

O trabalhador de um capitalismo industrial, ao estar desempregado entende que as causas de seu sofrimento são partes da produção e de escolhas de outro, mas o trabalhador do novo capitalismo se vê como fracassado, como alguém que não fez o suficiente (Mocellim, 2021, p 101).

Esse novo momento no mundo do trabalho instaura uma nova ética que mistura as aspirações individuais e projetos pessoais com os objetivos da empresa e só se faz possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. A empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo.

A empresa de si mesmo é uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual”, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações. É sobretudo a resposta a uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial. A responsabilidade do indivíduo pela valorização de seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto. Essa relação de cada um com o valor de seu trabalho é “objeto de gestão, investimento e desenvolvimento num mercado de trabalho aberto e cada vez mais mundial”. Em outras palavras, como o trabalho se tornou um “produto” cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo” (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

A narrativa do empreendedorismo como um movimento propulsor de mobilidade social e de enriquecimento é reforçado por importantes agentes sociais, como: governo, empresas, instituições religiosas, as ciências psicológicas e uma variedade de canais de mídia tradicional e digital. Essa perspectiva distorce a realidade, criando uma falsa concepção de que “a força de vontade” e o esforço individual são suficientes para alcançar o sucesso nos negócios.

A ideologia meritocrática se utiliza das instituições e de seus rituais, como o ensino superior, por exemplo, para influenciar a vida cotidiana, capturando o imaginário dos sujeitos, naturalizando as suas premissas e camuflando as desigualdades (Markovits, 2021).

A universidade também vem cumprindo o seu papel de distinção de classe e mantém afastada de seu ambiente boa parte dos jovens, não só no Brasil, mas globalmente, garantindo a poucas pessoas o passaporte para competir e se estabelecer no mercado de trabalho. Utilizando-se de meios e critérios rígidos de

seleção, grande parte da entrada e permanência na vida universitária passa pela falsa ideia meritocrática. Assim, perpetua-se a estagnação social e impede-se a mobilidade, cristalizando e condenando à pobreza diversas populações historicamente excluídas.

A meritocracia está contida também na falácia do “basta querer para poder”, iludindo e atraindo milhares de jovens para atuar nas plataformas de mobilidade ou mesmo na economia de bicos. No entanto, 14 ou 16 horas por dia de trabalho em condições precárias e sem formalização alguma, nunca serão suficientes para transformar a pobreza em riqueza, como se propaga extensivamente.

Apesar de sua aparente conotação positiva, o empreendedorismo aprofunda as políticas de emprego neoliberais “com a progressiva dissolução da mediação do contrato de trabalho e da figura do trabalhador assalariado dependente com a consequente individualização dos riscos” (Briales, 2017, p. 81).

Na narrativa do empreendedorismo, há apenas dois caminhos possíveis: ou se está no grupo seletivo de empreendedores de sucesso ou se está no grupo massivo de fracassados. Com certeza, empreender não é a solução para a maioria dos desempregados e, ao contrário, contribui com o endividamento, tornando esses sujeitos ainda mais vulneráveis (Briales, 2017).

O estímulo para empreender, maciçamente exposto às pessoas em situação de desemprego, é, no mínimo, perverso. Muitas vezes esse se apresenta como o único caminho ou alternativa para a sobrevivência após a demissão, fazendo com que o desempregado sinta-se duplamente fracassado.

### 2.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Antunes (2018) entende o precariado como uma parcela do proletariado, mais precarizada, com atividades informais, no mais das vezes, jovem, e com trabalhos temporários. Para ele, a “classe-que-vive-do-trabalho” é a mesma classe trabalhadora, ainda que se diferencie da classe mais tradicional de trabalhadores do passado. Essa por sua vez, luta também para não se precarizar ainda mais e ver suas conquistas e condições de trabalho se corroerem.

Dos homens e mulheres jovens mais qualificados aos imigrantes pobres; dos imigrantes com qualificação às jovens nativas sem formação; das mulheres brancas às imigrantes negras,

indígenas, amarelas, enfim, em um amplo espectro da população excedente de trabalhadores e trabalhadoras, que Marx denominou superpopulação relativa ou exército de reserva, podem-se encontrar, hoje, incrustados neles, cada vez mais contingentes que no centro do mundo são definidos (ou se definem) como precariado. Seja nos seus contingentes flutuantes, latentes ou estagnados, seja em outros que possam aparecer, a precarização se amplia de modo exponencial e cada vez com menos limites e crescente desregulamentação, ainda que essa expansão ocorra de modo desigual, quando se toma o mundo em sua globalidade” (Antunes, 2018, p. 69).

Se hoje temos a economia sob comando hegemônico do capital financeiro, temos então a busca da lucratividade “exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a ‘flexibilização’ crescente dos contratos de trabalho” (Antunes, 2018, p. 37).

Nesse contexto, a terceirização se tornou central na estratégia empresarial, já que as relações estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas. Essas são baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, com consequências profundas que “desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo” (Antunes, 2018, p. 37).

Para Antunes (2018), as relações destrutivas do capitalismo neoliberal precisam ser amenizadas e humanizadas. O léxico corporativo também dissemina termos e palavras como: “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas” e, quando há desligamentos em massa ou reestruturações, o termo “inovações tecnológicas da indústria 4.0” passa a ser amplamente utilizado para amenizar a devastação das demissões coletivas.

Novos termos vão surgindo e vão sendo utilizados no Brasil para designar as demissões coletivas. Um exemplo disso são os termos *layoff* e *offboarding*, palavras da língua inglesa que parecem glamourizar o processo de desligamento e diminuir o seu impacto negativo.

Além disso, o mercado de trabalho vem utilizando os termos “protagonismo” e “espírito de dono”, que são difundidos em anúncios de vagas ou dentro das próprias organizações, como comportamentos esperados e desejados de seus trabalhadores. Ambos os termos indicam uma desresponsabilização da empresa, que lança no

trabalhador o risco do seu próprio negócio, eximindo-se daquilo que lhe é inerente e exige que ele seja responsável pelo desenvolvimento de sua própria carreira ou que conduza seu trabalho dentro da organização como um empreendedor. Dessa forma, observa-se que o empreendedorismo vem sendo difundido como ideal, inclusive para os trabalhadores em emprego formal, dentro das organizações corporativas.

Quanto às mudanças nas formas de contratação de trabalhadores, temos, hoje, múltiplas formas de relação de trabalho e podemos aqui citar algumas: trabalhadores semiautônomos, subcontratação, terceirização, trabalho por metas e/ou projetos, trabalho intermitente, intensificação da chamada “pejotização”, o trabalho *part-time* dentre outras formas.

A flexibilização do trabalho ocorre pelo discurso “moderno” de autonomia na gestão do próprio trabalho e tempo, no entanto significa também uma precarização do emprego por referência das necessidades das próprias empresas. A precarização do trabalho transforma-se na precariedade da vida, onde trabalhadores internalizam a responsabilização sobre sua empregabilidade, desumanizando-se, ou seja, negando a solidariedade e rejeitando programas de redistribuição de renda (Leite, 2020).

O empreendedorismo é concebido como a superação da dicotomia trabalhador-empresário e suas formas de representação desejam superar a divisão estrutural e conflituosa entre assalariados e empresários (Briales, 2017). No entanto, o processo de precarização do trabalho, sob o nome de “flexibilização”, viola direitos básicos do trabalhador, ao fragilizar os vínculos empregado/empresa. Assim, temos profissionais cada vez mais vulneráveis e que vão perdendo gradualmente a capacidade de negociação e reivindicação de melhorias ocupacionais e salariais (Oliveira, 2016).

Antunes (2018) afirma que o novo mundo do capitalismo vem ampliando os seus mecanismos, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente ao mesmo tempo em que expulsa desse mercado um grupo de trabalhadores, incluindo jovens ultraqualificados, que não encontram emprego em seus países, sem citar os imigrantes menos qualificados que aumentam os bolsões de trabalhadores descartáveis, subempregados e desempregados.

O setor informal, é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como o setor responsável pela

produção de bens e serviços com o objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com

baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas (IBGE, 2023).

Tal setor representa 40% dos trabalhadores brasileiros, segundo dados do mês de julho de 2021, atingindo quase 35 milhões de trabalhadores. Esses, por sua vez, não conseguem retornar ou ingressar facilmente no mercado formal de trabalho, devido à escassez de posições e alta competitividade. Nesse sentido, uma parcela importante da população é formada por trabalhadores informais e autônomos e que tem a sua principal fonte de renda proveniente dessa atividade.

Para algumas populações, o trabalho formal é ainda mais distante, pois historicamente sempre ficaram à margem de relações trabalhistas amparadas pelas instituições formais. Tal precariedade atinge de modo diferente as e os trabalhadores: há uma questão de gênero que torna as mulheres mais precarizadas que os homens; um questão étnico-racial que atinge a população negra, tendo a mulher negra uma situação ainda pior que o homem negro; há questões relacionadas à população LGBTQ+, pois a precarização atinge de formas diferenciadas essa população, além de imigrantes, jovens e profissionais mais velhos (Leite, 2020).

Hirata (2014) afirma que os estudos que articulam sexo e raça não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego. Hirata traz dados bastante reveladores sobre essas desigualdades:

A partir dos dados da PNAD 1989 e 1999, Nadya Araujo Guimarães mostra que, considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores. Também considerando sexo e raça, a partir de levantamentos da Agência Nacional de Empregos (ANPE), realizados entre 1995 e 1998 na França, e do questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Seade/Dieese, recobrando o período entre 1994 e 2001, Guimarães mostra que os imigrantes estrangeiros ocupam as formas mais precárias de emprego no mercado francês; que as mulheres negras e brancas na França representam os maiores índices de inatividade, mas que há maior número de mulheres negras em relação às brancas desempregadas e nas formas precárias de ocupação. No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também 18obrerrepresentados no item

desemprego. Homens brancos e negros estão 19obrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. Eles têm trajetórias marcadas pela instabilidade de forma mais marcante que os homens brancos, indicando maior vulnerabilidade (Hirata, 2014, p. 3).

Hirata (2014) aponta que a divisão social, sexual e racial no trabalho é especialmente explícita nas relações do cuidado ou “*care*”, sendo realizado por mulheres, majoritariamente, de extratos sociais mais modestos, imigrantes internos (Brasil) ou externos (França).

As cuidadoras são em sua maioria as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas, imigrantes. São, na França, quase 90% mulheres, no Brasil, mais de 95%. No Japão, uma minoria significativa, mais de 35%, são homens. Quanto à dimensão étnico-racial, na França a maior parte dos cuidadores na região parisiense (Ile de France) são imigrantes, em sua maioria da África Negra e da África do Norte. No caso do Brasil, metade da população das cuidadoras entrevistadas nasceu fora de São Paulo, estado onde realizamos nossa pesquisa nas ilpis (Instituição de Longa Permanência de Idosos). Trata-se, portanto, principalmente de imigração interna (Hirata, 2014, p. 8).

A precarização do trabalho tem gênero e cor bastante definidos. Sabemos que é no mercado formal de trabalho que se encontram as melhores condições de salário e de segurança para o trabalhador. No entanto, esse mesmo mercado exclui e marginaliza de maneira perversa parcelas inteiras da população. Para algumas populações, como mulheres negras e imigrantes, restará apenas os subempregos e a informalidade no mundo do trabalho, cristalizando as desigualdades e injustiças sociais.

A esse respeito, Vergès (2020, p. 17) ressalta que:

(...) o trabalho de cuidado e limpeza [precarizado na maior parte das vezes] é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal (...) marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado.

Que sistema é esse que precisa manter à margem uma massa subjugada para que poucos possam exercitar e usufruir do seu lugar de poder? Quais humanos têm o direito à existência e a preservação do seu espaço social e laboral em detrimento de muitos outros que não possuem resguardadas as condições mínimas para estar e viver nesse mundo?

Para Butler (2011), aqueles sujeitos que possuem alguma representação possuem melhores chances de serem “humanizados”. Aqueles que não têm a oportunidade de representar a si mesmos correm risco de não serem vistos ou não serem tratados como humanos. A normatização define quais sujeitos podem ser considerados sujeitos e quais vidas não são consideradas vidas.

Para Safatle, Dunker e Junior (2021), a precarização do trabalho, resultante desse cenário, é uma quebra de um pacto social civilizatório. A economia neoliberal se baseia no desemprego estrutural, nos salários rebaixados e na diminuição da força sindical, excluindo uma boa parcela da população sem acesso a uma condição digna de trabalho e renda.

No entanto, se todos passamos a acreditar que o emprego formal não deve ser para todos, com o objetivo de priorizar o desenvolvimento econômico, temos aí, então, um novo pacto social se formando. Para que essa precarização seja encarada de modo natural, é preciso transformar os sujeitos através de um novo discurso. Um discurso que sustente e suporte a existência e a manutenção da lógica neoliberal, onde uma parcela expressiva da população ficará à margem das condições mínimas e dignas de vida e trabalho. O discurso do empreendedor de si depreende que o sucesso ou fracasso estão associados apenas à capacidade do sujeito de vencer o desemprego, enfraquecendo uma análise mais ampliada sobre o tema (Safatle; Dunker; Junior, 2021).

Na retaguarda do “seja o seu próprio chefe”, vemos também o advento e o crescimento da plataformização da mão de obra e da conseqüente degradação das relações de trabalho que essa modalidade impõe. A precarização do trabalho caminha fortalecida com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organizar o processo produtivo. O empreendedor de si ou sujeito empresarial passa a contar agora com um novo recurso como intermediador do seu trabalho: as plataformas digitais.

Ao discutir a questão da plataformização do trabalho, Scholz (2016) destaca que em breve nos confrontaremos com o desaparecimento de várias profissões e empregos, conforme os conhecemos atualmente. Ele ressalta que diversas atividades estão sendo ou serão submetidas à chamada “uberização” ou plataformização. Este fenômeno, caracterizado pelo aumento do trabalho sob demanda e pela crescente influência de plataformas digitais na organização do trabalho, sugere mudanças

significativas no panorama ocupacional, desafiando as estruturas tradicionais de emprego e apontando para transformações substanciais na natureza do trabalho.

As plataformas digitais são empresas que conectam pessoas consumidoras e trabalhadoras, mas que, no entanto, se eximem dos riscos e das obrigações trabalhistas. Essa forma de relação oferece ganhos variáveis e, na maioria das vezes, a falácia dos horários flexíveis, mas suas grandes corporações, detentoras da tecnologia digital, não assumem os riscos envolvidos na atividade laboral. O trabalhador assume todo e qualquer risco em nome da ideia de ser “empreendedor de si” e da aparente liberdade e autonomia para exercer sua função. Nesse sentido, o capital se exime de ser também ele detentor dos meios de produção ou dos instrumentos de trabalho.

Assim, empresas multinacionais distorcem o seu papel de controle e exploram, de maneira perversa, uma mão de obra com poucos recursos e opções de escolha. A dependência crescente que trabalhadores passaram a ter dessas plataformas subordina os mesmos às suas lógicas algorítmicas que, por sua vez, são muito obscuras quanto às regras a que se está subordinado. Além disso, essas regras são alteradas sem comunicação prévia, tornando o trabalhador sujeito às diretrizes da plataforma. Sem o controle da gestão do seu trabalho, esses trabalhadores ficam sujeitos ao dono da plataforma, contradizendo a liberdade e a autonomia idealizada pelo empreendedor individual (Desgranges, 2021).

As lógicas algorítmicas responsáveis por um novo mecanismo de gestão e de controle da mão de obra, que se dá pela intermediação das plataformas do trabalho, criam um fenômeno chamado: “o império da nuvem”. O império da nuvem é constituído por uma dinâmica intrincada de vieses, na qual se automatizam também as desigualdades. A falsa simetria entre mão de obra e plataformas vem tornando os trabalhadores cada vez mais sujeitos ao trabalho invisível dos dados (Grohmann, 2020).

No capitalismo contemporâneo, o fim dos mediadores tradicionais faz parte do funcionamento neoliberal, no qual o indivíduo é o único responsável por seu sucesso. Dessa forma, quanto menos mediadores existirem entre o indivíduo e a conquista de seus objetivos, melhor (Bruno *et al.*, 2021).

A plataformização não se restringe aos trabalhadores operacionais e tem se ampliado para as demais categorias consideradas qualificadas. Áreas como a saúde

e a educação foram amplamente impactadas pela digitalização durante a pandemia, o que acelerou a intermediação do trabalho e de serviços profissionais por plataformas. Empresas como Getninjas (advogados e outros), Vittude e Zenklub (psicólogos), Doctoralia (médicos) e Tecnonutri (nutricionistas) são apenas alguns exemplos de empresas intermediárias já bem estabelecidas no mercado. Os profissionais que atuam a partir dessas plataformas costumam receber valores muito baixos por consulta e precisam atender a um grande volume de pacientes por dia.

Além disso, temos também que a expansão do ensino à distância vem precarizando ainda mais o trabalho de outra categoria: a dos professores universitários. As aulas são transmitidas para centenas de alunos de maneira síncrona e assíncrona a partir da plataforma, o que escalona e otimiza os lucros das instituições privadas de ensino superior, sem nenhuma contrapartida para o professor.

Se no curso presencial havia limites no número de alunos atendidos por um único professor, nas plataformas EAD (ensino à distância) isso deixa de existir. Um único professor é capaz de atender a diversas salas de aula e centenas de alunos ao mesmo tempo, diminuindo a necessidade de contratação de novos professores, o que maximiza a mais valia.

A *gig economy* ou economia de trabalho por demanda, instrumentalizada pelas plataformas, parece ser, a princípio, uma grande inovação. No entanto, a autonomia e flexibilidade oferecida para o profissional de exercer o seu trabalho camufla algo bem velho e conhecido: a pura e simples exploração do trabalhador.

### 3 A CULTURA TERAPÊUTICA E AS PSICOCIÊNCIAS

O que há em mim é sobretudo cansaço —  
Não disto nem daquilo,  
Nem sequer de tudo ou de nada:  
Cansaço assim mesmo, ele mesmo,  
Cansaço.

Fernando Pessoa

O conceito de governamentalidade, proposto por Michel Foucault (2004; 2006), refere-se às configurações de poder que atuam sobre populações e indivíduos, de maneira estratégica, para orientar e regular suas ações a partir de uma racionalidade específica (Guzman; Cardenas, 2021).

O campo de estudos da governamentalidade procura rastrear a multiplicidade de racionalidades e tecnologias que organizam as práticas e moldam as subjetividades em determinadas ordens sociais. No neoliberalismo, por exemplo, o sujeito desempenha um papel ativo no exercício do seu próprio governo. Este governo se exerce de múltiplos lugares e não se trata de uma única entidade que monopoliza as condutas, mas de diferentes instâncias e saberes heterogêneos que funcionam como linhas de governo e que orientam as práticas dos sujeitos (Guzman; Cardenas, 2021).

Estes estudos têm mostrado a centralidade das chamadas disciplinas psi e da cultura terapêutica em tempos neoliberais (Guzman; Cardenas, 2021), mas, no entanto, para Bedoya e Castrillón (2018), os objetos das ciências psi têm sido objetos de governo primeiro, sendo considerados também objetos políticos, antes mesmo de serem objetos de estudo, impactando nas formas de subjetivação.

Para Foucault, o indivíduo é constituído por um conjunto de práticas e saberes, que se tornam verdades, e algumas práticas, como as psicociências, possuem significados que adquirem esses efeitos de verdade. Nesse contexto, vemos que essas ciências têm desempenhado um papel fundamental na construção de soluções para problemas governamentais do indivíduo, seja na família, no trabalho, na escola ou nas instituições. Assim, as práticas e tecnologias psi têm sido desenvolvidas para solucionar questões como a baixa produtividade, a desmotivação, a falta de concentração ou a resistência às regras e procura reconduzir os sujeitos para a normalidade (Bedoya-Hernández; Castrillón-Aldana, 2018).

É nessa tentativa dos sujeitos, de se enquadrarem às novas demandas do capital, que cresceu toda uma cultura terapêutica sem precedentes na história. Essa cultura se fixou na década de 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra, apesar de algumas práticas já estarem presentes desde os anos 1950 (Castellano, 2015). O crescimento dessas práticas pode ser observado como descrito:

em 1960, cerca de 14% dos estadunidenses haviam recebido alguma forma de aconselhamento psicológico ao longo de suas vidas. Em 1995, praticamente a metade da população daquele país havia se submetido à intervenção terapêutica, percentual que, na virada do século, chegou a incríveis 80% (Furedi, 2015).

No Brasil, embora o contato da população em geral com técnicas terapêuticas seja ainda limitado, essa cultura tem se expandido muito em razão, principalmente, da disseminação de informações pela televisão, rádio, filmes, seriados, revistas e, principalmente, pela indústria da autoajuda, que, além de livros, tem diversos produtos como audiovisuais, palestras, workshops, cursos, vivências, imersões, dinâmicas de grupo etc. (Castellano, 2015).

Mais recentemente, as novas mídias, como *podcasts*, canais no YouTube, redes sociais, com destaque para o Instagram e Facebook, tornaram-se ferramentas também amplamente utilizadas para a disseminação do trabalho terapêutico, com alcance de milhares de pessoas, de todas as idades e classes sociais.

A cultura terapêutica popularizou os saberes e as técnicas de apoio subjetivos e compreende múltiplos conhecimentos provenientes da Psicologia e disciplinas afins. O adjetivo “terapêutico” não se refere aqui apenas aos mecanismos de tratamento de transtorno e enfermidades, mas sim a uma extensa prática e discursos presentes na cultura contemporânea que orientam a promoção de ideias associadas ao bem-estar e que implicam uma sistemática vigilância e intervenção do sujeito sobre si mesmo (Guzman; Cardenas, 2021).

A crença de que os comportamentos do sujeito definem as suas oportunidades tornam as ciências psi um lugar ideal para a sustentação da ideologia neoliberal, o que inclui a noção de autogoverno: “Psicologização é, então, o processo de administrar e regular o poder instituído, despolitizando a resistência” (Araujo, 2019)

Os saberes psicológicos e econômicos se uniram com o objetivo de capturar os sujeitos, prometendo êxito financeiro a partir das técnicas, como o *coaching* empresarial, a Programação Neurolinguística (PNL), o uso de drogas para o alto

desempenho, dentre outros. Essa “psicologia neoliberal” constitui um campo de saber pragmático e metodológico para a produção de um ‘Eu’ empresarial bem-sucedido (Danziato *et al.*, 2023).

Os conhecimentos psi, advindos da psicologia, psiquiatria, psicanálise e psicoterapia, desempenham um papel fundamental na construção da subjetividade e na forma como conduzimos nossas vidas. Eles influenciam as estratégias que adotamos para enfrentar os conflitos da existência e, além disso, a linguagem que utilizamos para narrar e interpretar nossos modos de nos relacionarmos. Esses saberes vêm definindo, também, o jeito de ser dos sujeitos, criando um “eu interior”, sendo essa uma fabricação o que permite compreender e traduzir a própria interiorização. Assim, o sujeito psicológico está ligado à “*subjetivação, introversão e interiorização*” criadas pelo conhecimento psicocientífico (Fernandes, 2023).

A noção de pessoa traz a ideia de um ser singular, no qual o conhecimento de si é a condição básica para todo o outro conhecimento (Fernandes, 2023). Nossa compreensão do mundo e de nós mesmos está profundamente permeada por esse pressuposto. Além disso, a criação de um modelo científico e de um conjunto de instrumentos, práticas e instituições legitimados socialmente só ocorreu porque se criou uma nova linguagem: a linguagem psi e que para nomear a vida, se nomeia a própria subjetividade” (BEDOYA-HERNÁNDEZ; CASTRILLÓN-ALDANA, 2018).

A psicologização do mundo ocidental permite compreender como se deu a construção dos sujeitos, já que as ciências psicológicas se tornaram tecnologias de subjetivação. Para Rose (1988), houve o surgimento de uma nova forma de expertise da subjetividade a partir da multiplicação de novos grupos de profissionais que atuam na classificação, medição, predição e diagnósticos da psique:

Não apenas psicólogos – psicólogos clínicos, ocupacionais, educacionais – mas também trabalhadores do serviço social, gerenciadores pessoais, pessoas encarregadas de acompanhar condenados em liberdade condicional, conselheiros e terapeutas de diferentes escolas e orientações têm baseado sua reivindicação do direito à autoridade e legitimidade social na sua capacidade de compreender os aspectos psicológicos da pessoa e de agir sobre eles, ou de aconselhar outros sobre o que fazer. Os poderes multiplicadores desses “engenheiros da alma humana” parecem expressar algo profundamente novo nas relações de autoridade sobre o eu. Essas novas formas de pensar e agir não dizem respeito apenas às autoridades. Elas afetam cada um/a de nós, nossas crenças pessoais,

desejos e aspirações: em outras palavras, nossa ética (Rose, 1988, p. 33).

Nos últimos vinte anos, observa-se também uma proliferação de uma nova classe de profissionais do bem-estar, como: consultores, administradores do eu, mentoria de vida, ou simplesmente *coachs*. A formação rápida de um profissional de *coaching* (em um final de semana) é razoavelmente barata e é também um processo terapêutico e de cura. Na lógica do empreendedorismo, o fracasso é sempre previsto e o processo de *coaching* permite aliviar o fracasso/sofrimento das vidas privadas, dando algum tipo de alento a esses profissionais (Tavares, 2021).

O *coaching* é um processo composto por uma miscelânea de conhecimentos que inclui no mesmo caldeirão a religião, a física quântica, a psicologia positiva, a neurociência, as técnicas da administração e a literatura de autoajuda, que propõe soluções efêmeras para sujeitos despreparados e desesperados, que buscam alcançar algum tipo de sucesso profissional ou pessoal e, muitas vezes, ambas as coisas (Tavares, 2021).

Assim como o *coaching*, no início, a Psicologia Positiva era bastante difusa e se utilizava de uma mistura de conceitos evolucionistas, psicológicos, neurocientíficos e filosóficos. Além disso, buscava demonstrar, cientificamente, a existência da relação entre pensamentos positivos, emoções positivas, desenvolvimento pessoal, saúde e sucesso econômico, passando por todas as esferas da vida, como: trabalho, educação, relações interpessoais, comida, sexo, vícios etc.

A psicologia positiva alcançou um incrível sucesso ao incorporar, de maneira inteligente, as ideias populares sobre psicologia, bem-estar e saúde humana em recursos científicos como gráficos e tabelas. Essa estratégia permitiu que ela florescesse junto com a indústria da felicidade, sendo institucionalizada no público e no privado, introduzindo os especialistas em bem-estar que influenciam todos os campos como política, educação, trabalho, economia e a saúde mental como as psicoterapias (Cabanas; Illouz, 2019).

Com a publicação do “Manifesto introdutório a uma Psicologia Positiva”, de Seligman, inaugurou-se não só a “ciência” da felicidade e do bem-estar, mas a popularização de práticas terapêuticas, que têm a função de ajudar o cliente a trabalhar melhor, a ser uma pessoa melhor e a ter uma vida melhor (Cabanas; Illouz, 2019).

Para Seligman, são várias as práticas para ter uma vida de bem-estar e feliz, pois sempre há uma forma de potencializar a felicidade. Para o autor tudo, é investimento e rendimento (na publicização de cursos, palestras e etc. não são apresentados os preços do produto, mas sim valores como forma de investimento). A felicidade também se apresenta de modo que possa ser cumulativa a partir do investimento em boas ações e bons valores, caso se faça uma boa gestão de si e das próprias emoções. Essa psicologia utilitarista e pragmática se funde ao modelo econômico, recaindo sobre o sujeito toda a responsabilidade de ser feliz (Caetano; Brandão, 2022).

É notório o poder das ciências psi dentro do sistema econômico, organizacional e empresarial e os seus conceitos e linguagens de análise vão cada vez mais conferindo domínio nas subjetividades humanas. Como vimos, a política neoliberal não intervém pela coerção ou pela força, mas sim pelas modificações das próprias escolhas, desejos e condutas dos indivíduos indiretamente. Como descreve Rose (1988), as ciências psicológicas abriram novas possibilidades de pensamento durante o século XX e foram criadas técnicas para produzir os fenômenos que são agora imaginados, tornando possível governar a subjetividade com critérios objetivos.

Nesse sentido, o avanço do neoliberalismo coincidiu com o apogeu da Psicologia. O *homo psychologicus* é o *homo oeconomicus*: “o egoísta interessado, possessivo e competitivo, insaciável e sem escrúpulos, que tende a desinteressar-se da política e a viver só para si mesmo” (Pavón-Cuélla, 2017).

Qual é, afinal, o papel das ciências psi no contexto atual? Qual é a ética que norteia essas ciências e a quem elas estão servindo? As ciências psi estão de fato emancipando os sujeitos de suas mazelas e de suas psicopatologias ou os estão aprisionando cada vez mais no calabouço do próprio sistema? As psicociências foram capturadas pelo sistema neoliberal e passaram a ser ferramentas na otimização dos processos mentais com foco principal no aumento da produtividade. Elas servem aos sujeitos que, por sua vez, servem ao sistema.

Os saberes psi têm produzido esse sujeito autônomo, autoliberal, flexível e bem adaptado às condições da atomização individualista. Muitas práticas psicológicas têm também contribuído para a manutenção e desenvolvimento do novo capitalismo a partir da padronização das pessoas, sendo conveniente aos planos de austeridade

neoliberal, enquadrando sujeitos e conformando seus pensamentos e ações para a manutenção do *status quo* (Pavón-Cuélla, 2017).

Além disso, essa cultura tem transformado o sistema de saúde mental em uma ferramenta ideológica do capitalismo que normaliza a opressão da população através dos discursos psicológicos e psiquiátricos totalizantes (Guzman; Cardenas, 2021). Na cultura terapêutica, a prevenção ou a cura das disfunções não são mais o principal foco das psicociências, mas sim um autodesenvolvimento permanente e interminável do indivíduo num processo de programação recorrente de si. A existência passa a ser psicologicamente transformável e a normalidade torna-se sintoma (Benelli, 2009).

No atual momento, a psiquiatria também vai se alinhando ao mercado, inaugurando novas práticas. A emancipação do paradigma saúde/doença é chamado por Dunker (2021) de *enhancement*:

O *enhancement* seria a maximização de potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas sociais, sejam elas de cunho estético, laboral ou esportivo. Assim, o esforço curativo da medicina tende a ser superado por um novo paradigma: a performance (Safatle; Dunker; Junior, 2021, p. 137).

A psiquiatria deixa de atuar sobre os desvios do padrão, e passa a atuar como instrumento para a autorrealização, dentro da ordem econômica de produção. O *enhancement* humano tem uma íntima relação com a lógica neoliberal de gestão do sofrimento e é uma marca da psiquiatria contemporânea. Ele baliza a busca generalizada pela performance e autossuperação, em que se almeja sempre a melhor versão de si mesmo. Como citado por Safatle, Dunker e Junior (2021, p.169):

há, antes, uma busca de performance e autossuperação através das tecnologias disponíveis, em que podemos ser sempre uma versão melhor de nós mesmos: mais saudáveis, mais dispostos, mais inteligentes ou criativos. O *enhancement* humano parece ser uma marca, presente na psiquiatria contemporânea, de sua íntima relação com a lógica neoliberal de gestão do sofrimento, cujo denominador comum entre os saberes psis e a prática neoliberal seria o processo de esvaziamento e de dissolução dos conflitos

As instituições psiquiátricas se esvaíram, mas o poder psiquiátrico cresceu em todas as esferas da vida e continua mais forte do que nunca. Atualmente, são os próprios indivíduos que buscam o diagnóstico e a medicalização e, muitas vezes, eles próprios se automedicam e se autodiagnosticam numa busca por diferenciação (Danziato *et al.*, 2023).

A crença na capacidade dos seres humanos de produzir e de se aperfeiçoarem sem limites é centrada numa ideologia de otimização constante da performance (Pineda, 2021). No contexto do trabalho, o objetivo é ir além da adaptação, mas intensificar as potencialidades do indivíduo para maior exploração da mais-valia. No entanto, as novas tecnologias psicológicas ultrapassam o mundo do trabalho e incluem também os desempregados, tendo em vista que esse grupo precisa adquirir e reciclar competências para competir no mercado:

os desempregados constituem uma numerosa matéria-prima de uma nova indústria de aprimoramento do capital humano: eles estão em condições ideais para aprender a mudar, pois formam uma força de trabalho completamente disponível, com condições perfeitas de reciclagem (Benelli, 2009, p. 519).

A indústria do bem-estar tem como alvo principal duas populações específicas: a elite e a classe média emergente (embora as redes sociais tenham democratizado o acesso e disseminado a informação para as demais classes sociais). A narrativa é sempre voltada para a melhoria da produtividade, da positividade e da felicidade. Essa é uma forma clara de governamentalidade com o seu discurso e suas regras impositivas e que são vendidas como metas que precisam ser alcançadas de qualquer maneira (Caetano; Brandão, 2022).

As tecnologias da subjetividade vão ganhando fôlego e espaço, disseminando as “técnicas do eu” que capacitam pela linguagem, com critérios e práticas que vão agir sobre “os corpos, almas, pensamentos e condutas a fim de obter felicidade, sabedoria, riqueza e realização” (Rose, 1988, p. 42). Desse modo, o empreendedor de si só existe em razão das tecnologias psicológicas que transformam e instrumentalizam esse sujeito (Rosa; Puzio, 2013).

O indivíduo que gerencia a si mesmo tem forte demanda de consumo a uma série de produtos e serviços que prometem aprimorar as suas competências e o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, crescem exponencialmente as ofertas de serviço que prometem o autoconhecimento, além das terapias e práticas espirituais com foco no aumento da capacidade produtiva.

### 3.1 AS TECNOLOGIAS DO SUJEITO DO DESEMPENHO

Christopher Lasch (1979) descrevia que, em situações difíceis, instáveis e incertas, os sujeitos tendem a buscar uma supervivência psíquica e tendem a recorrer a uma espécie de retiro emocional, onde só se preocupam com a sua saúde psíquica e seu próprio bem-estar pessoal. Na obra de Lasch, encontramos o trecho abaixo que ilustra esse pensamento:

O homem contemporâneo, torturado, por outro lado, pela autoconsciência, volta-se para novos cultos e terapias, não para se libertar de obsessões, mas para encontrar sentido e finalidade na vida, encontrar algo pelo que viver, abraçar, precisamente uma obsessão ainda que a *passion maitresse* da própria terapia (LASCH, 2003, p.132).

A psicanalista Roudinesco (2000) acredita que a busca desesperada para vencer o vazio do desejo cria a demanda para as terapias disponíveis, passando da psicanálise à psicofarmacologia e da psicoterapia para a autoajuda, sem se dar tempo de refletir sobre a causa da própria infelicidade. A crescente demanda e oferta de terapias, serviços e produtos relacionados com o aumento da felicidade, são causa e sintoma de um retorno para o mundo interior (Cabanas; Illouz, 2019).

Para Fernandes (2023), a busca exagerada pela verdade do sujeito, o desapossa de si e, ao invés de mergulhar solitariamente em um aprofundamento pessoal, presume sempre a presença do outro, do especialista em psicociência. Apenas esses profissionais passaram a ser considerados qualificados para a prática do campo de verdades do sujeito, ou seja, o profissional psi não é exatamente o único detentor do conhecimento verdadeiro, mas, por executar performances e rituais discursivos, ocupa esse lugar no imaginário atual.

Uma outra ferramenta, utilizada pelo empreendedor de si mesmo, são os manuais de autoajuda, que se tornaram oráculos ou guias espirituais nessa jornada (Mocellin, 2021). Uma palavra mágica da literatura de autoajuda é a palavra “cura”. Cura é otimização pessoal, curando terapeuticamente qualquer fraqueza funcional ou bloqueio mental em nome da eficiência e do desempenho. A busca pela otimização pessoal como a otimização do sistema é completamente destrutiva, levando ao colapso mental e a exploração total (Han, 2014).

Um vasto mercado e literatura de aconselhamento emocional, terapia e autoajuda buscam auxiliar as pessoas nesse processo. Essa literatura de aconselhamento, baseada nos princípios das ciências psi, desempenha um papel

fundamental na formação da compreensão do eu, entrelaçando-se com o mundo empresarial. Esses livros oferecem orientações, conselhos e até promessas e receitas para viver bem e alcançar o sucesso (Fernandes, 2023).

Além disso, esses livros têm sido os pilares da indústria cultural e, especificamente, editorial, em razão das suas receitas para melhorar a vida, fazendo com que esse discurso adentre o espaço empresarial com o único objetivo de melhorar a produtividade (Caguana; Alvaredo, 2023).

Os discursos criados pela cultura de autoajuda, associados a ideologias religiosas, científicas ou pseudocientíficas não constituem saberes passivos e são transmitidos ativamente, através de incitações que conduzem a pensar e sentir de determinada maneira. Esses discursos buscam intervir em comportamentos, pensamentos e sentimentos do leitor, acionando mecanismos que atuam na interioridade psicológica e se convertem em guias que regulam a conduta dos sujeitos (Guzman; Cardenas, 2021). Além disso, a autoajuda cria o imaginário do homem de sucesso e rico e naturaliza a competição e mobilidade de classe, reforçando a ideia de progresso como responsabilidades individuais (Turmina; Shiroma, 2014).

Para além dos livros de autoajuda, estamos vendo crescer uma outra ferramenta denominada *PsiApps*, ou aplicativos de autocuidados psicológicos. A partir de um levantamento realizado sobre os aplicativos de saúde e *fitness*, observou-se que no Brasil houve um aumento de 226% em instalações não orgânicas (estimuladas por tráfego pago a partir de anúncios em páginas da Internet) e de 116% em instalações orgânicas (realizadas a partir de tráfego normal) desses aplicativos, no período entre 14 e 26 de março de 2020 (Bruno *et al.*, 2021).

Os *PsiApps* oferecem serviços e funcionalidades relacionadas à saúde mental, como: técnicas de meditação, controle do sono e outras questões físico, psico e emocionais, incluindo os testes psicológicos e terapia guiada. Embora esses *apps* aparentemente incentivam hábitos benéficos à saúde psíquica, emocional e física, eles coletam toda sorte de informações, como psicológicas e emocionais, possibilitando predições valiosas para fins comerciais ou científicos de um determinado indivíduo (Bruno *et al.*, 2021), por exemplo, os planos de saúde.

Uma outra ferramenta, o *mindfulness*, apropriado pela cultura do *Sillicon Valley*, é um conceito central na psicologia positiva e que promove a responsabilização pessoal e a busca pela melhoria individual. Ele se encaixa perfeitamente na

perspectiva individualista e neoliberal dessa prática. O sucesso do *mindfulness* vem da sua promessa em oferecer soluções fáceis e eficazes para problemas sociais complexos, colocando a responsabilidade de adaptação e melhoria nas mãos das pessoas, em vez de buscar mudanças sociais mais amplas (Cabanas; Illouz, 2019).

O *mindfulness* é um exemplo da apropriação, pelo capitalismo, de práticas meditativas e espirituais do oriente. Para Pacheco Filho (2005), o homem religioso do capitalismo do século XXI busca um “pacote tranquilizador” que contemple a salvação da alma e o sucesso nos negócios ao mesmo tempo.

As práticas espirituais dos tempos neoliberais não são isentas da lógica do mercado. O crescimento das religiões neopentecostais nas últimas décadas no Brasil tem sido também um grande propulsor do imaginário empreendedor, principalmente em populações urbanizadas e periféricas, comumente mais vulneráveis e precarizadas.

À luz da Teologia da Prosperidade, a relação direta entre a ética neopentecostal e a lógica neoliberal e do empreendedorismo estimula seus seguidores religiosos a empreender seus próprios negócios, tendo o enriquecimento como recompensa divina, apesar de seus seguidores serem, em sua imensa maioria, de classes sociais de baixa renda (Bertani, 2016).

Além disso, vemos crescer uma cultura mística, ou a chamada “Nova Era”, que oferece serviços alinhados às necessidades do sujeito contemporâneo e que se propõe a (re)encontrar seu “eu interior”. Desde a sua origem, houve uma mudança importante em sua proposta inicial: se antes o objetivo era contrapor os valores dominantes, atualmente, tornou-se uma ferramenta do mercado (Campanella; Castellano, 2015).

A crescente ênfase na busca por sucesso e aperfeiçoamento interior – resultante de uma miscelânea de tradições místico-orientais adaptadas dentro de um discurso que visa maximizar o empoderamento dos indivíduos – é a marca de um fenômeno que se apresenta como resposta a alguns dos dilemas da sociedade neoliberal. Em última instância, as publicações, os portais na internet e os programas televisivos da Nova Era insinuam que os problemas que afligem ambos, o sujeito e a sociedade como um todo, podem ser solucionados pela simples busca de “verdades interiores” ou “reequilíbrios energéticos”. Nesse contexto, a Nova Era pode ser vista como um estilo de vida perfeitamente integrado a uma ideologia que privilegia a diminuição de um Estado de bem-estar (*welfare state*) e onde o indivíduo assume cada vez mais responsabilidade sobre si mesmo. (Campanella; Castellano, 2015, p. 19).

Na Nova Era, observa-se como elemento mais relevante a desintegração e o declínio das instituições religiosas, como as igrejas, templos e congregações, como o principal local de crença e de ritual. Esses espaços religiosos foram sendo substituídos por cursos terapêuticos, centros de meditação e serviços profissionais de caráter espiritual, criando uma “religião invisível”, na qual a busca é sempre pessoal e não mais institucional. Os indivíduos são seres espirituais, no entanto sem religião, sem líderes e nem templos e as práticas são variadas e difusas (Vergara; Saavedra, 2022).

Na religião tradicional, o líder, o sacerdote ou o pastor exercem papéis centralizadores e a crença nessa tradição é uma verdade externa. Nas práticas da Nova Era, a autoridade se desloca para a experiência do indivíduo, se transformando em um modelo individualista que “se desenvolve na exploração e expressão da verdade sobre um mesmo e para um mesmo” (Vergara; Saavedra, 2022, p. 17).

A Nova Era e suas práticas são espaços de fomento do neoliberalismo, pois essa espiritualidade é um campo de autoexpressão individual que reforça a lógica capitalista e o perfil do sujeito desse projeto: “empreendedor, gestor de si mesmo e consumidor de experiências espirituais”. Além disso, essas novas formas espirituais estão sintonizadas com a ideia de trabalhador feliz e produtivo e são sequestradas e capturadas pela lógica neoliberal (Vergara; Saavedra, 2022).

Dessa forma, o sujeito deve sempre gerir seus recursos, aumentar seu rendimento e ampliar o seu capital espiritual, superando seus concorrentes.

Viajar ao Oriente, seguir mestres espirituais, realizar cursos, obter certificações, etc., podem ser vistas como investimentos do sujeito de si mesmo para materializar ativos que acrescentem seu capital espiritual e, deste modo, ter as bases para oferecer produtos e serviços espirituais no mercado (Vergara; Saavedra, 2022, p. 22).

Vergara e Saavedra (2022) destacam ainda que algumas pesquisas empíricas demonstram a correlação entre praticantes da Nova Era e o individualismo. Em um dos estudos citados (Tucker, 2002), 100 praticantes da Nova Era foram entrevistados e observou-se que esse grupo tem relações pessoais pouco duradouras e são pessoas desvinculadas de sua família de origem, com dificuldades nos vínculos sociais.

Em outro estudo (Farias, 2004) realizado com praticantes da Nova Era, católicos e ateus, demonstrou-se que os seguidores da Nova Era têm mais valores individualistas, enquanto os católicos são mais coletivistas. A partir desses estudos, observa-se a correlação íntima entre a Nova Era e a cultura terapêutica contemporânea. Os praticantes dessa nova espiritualidade transformam-se em terapeutas de si, onde a auto-observação e a busca interior afastam o indivíduo do contexto social mais amplo, já que o externo é um obstáculo para o crescimento pessoal e para o seu real potencial.

A ética dessa religiosidade é baseada apenas naquilo que serve ao sujeito, se contrapondo à ética do bem comum das religiões tradicionais (Vergara; Saavedra, 2022). Se na época do “cuidado de si” greco-romano o objetivo principal era tirar o sujeito do narcisismo e introduzi-lo na *polis* e na alteridade, hoje, no entanto, vemos que a espiritualidade se tornou a maior expressão do narcisismo, do egoísmo e do individualismo e totalmente desvinculada de qualquer dimensão política (Garcia, 2023).

A psicologização e despolitização são estratégias neoliberais e deslocam a busca das raízes do mal-estar social para as questões íntimas, num abismo interno pessoal sem fundo, diminuindo as ações coletivas e as políticas transformadoras (Vergara; Saavedra, 2022). No ideário dessa sociedade narcisista, o outro é sempre um concorrente que se deve vencer e o único compromisso que deve ser honrado é consigo mesmo e, nessa sociedade, a figura do terapeuta é chave para moldar os comportamentos, em busca do alto rendimento e da alta performance (Caguana; Alvaredo, 2023).

Para Freud, o desenvolvimento saudável dos indivíduos implica na superação do narcisismo a partir da aceitação da castração e do deslocamento do desejo para além do eu. Ao direcionar o olhar para fora de si, pode-se, nesse momento, comprometer-se com o outro e com a sociedade, sendo esse um movimento fundante para a constituição da vida comunitária e, além disso, é primordialmente civilizatório.

No entanto, a persistente busca pelo aprimoramento pessoal e pela autossatisfação, seja por meio de abordagens terapêuticas ou espirituais, constitui um terreno propício para o fortalecimento do individualismo e, paradoxalmente, ao estímulo a uma sociedade pouco solidária e fraterna. O autoerotismo e a concentração exclusiva no eu não permitem espaços para o desenvolvimento dos

laços sociais e para o engajamento com a comunidade. Assim, indivíduos atomizados e fechados em si e que buscam a cura para suas dificuldades emocionais, contribuem, por sua vez, para o aumento do isolamento e da solidão, sintomas frequentes em nosso contexto contemporâneo e significativos desencadeadores de sofrimentos psicológicos.

No passado, as religiões e as terapias fomentavam de alguma maneira a harmonia e a adaptação do indivíduo ao seu meio. No entanto, atualmente, ambas parecem estar mais propensas ao estímulo do isolamento do sujeito em relação ao ambiente que o circunda, sendo que essas transformações afetam a realidade social como um todo e repercutem novamente sobre o sujeito.

### 3.2 OS PROFISSIONAIS DAS PSICOCIÊNCIAS E A NARRATIVA DO EMPREENDEDOR DE SI

Para Ehrenberg (2010), a figura do empreendedor é constantemente celebrada como heroica e vinculada ao heroísmo, já que esse assume riscos numa relação incerta com o futuro e trilha um caminho quase solitário, contando apenas consigo mesmo. É nesse contexto que empreender simboliza uma construção pessoal e uma aventura heroica e que parece ser alcançável para todos, na qual tudo é possível, desde que se queira realmente ganhar.

Os heróis saíram do palco e das telas do cinema para a vida, sendo agora um modelo de ser na sociedade, convocando todos a serem os empresários da sua própria existência (Ehrenberg, 2010). Assim, observamos que o advento das mídias sociais tem contribuído para disseminar o empreendimento individual, estimulando que qualquer pessoa comum se torne “empresário de si mesmo” e qualquer produto ou serviço possa ser vendido a partir da criação de uma página no Instagram ou em um canal no YouTube. A glamourização dos influenciadores digitais e sua popularização geram uma intensa presença de profissionais, que se veem atraídos pelo sucesso daqueles que utilizam as redes sociais como ferramenta de divulgação de seus negócios e de suas marcas (Souza, 2019).

Se antes as telas eram exclusivas dos artistas, agora qualquer pessoa pode tornar-se herói com um *smartphone*. Para o herói atual, qualquer hora e qualquer lugar é palco para sua performance. Ehrenberg (2010, p.54) afirma que “o principal motivo

da ambição de massa contemporânea é a ambição de se tornar um indivíduo puro”. Paradoxalmente, quando se multiplicam os heróis, acaba-se com a própria ideia de herói distinto: “a ideia é que existe, de um lado, indivíduos excepcionais e de outro, indivíduos comuns, pois estes últimos devem constituir o seu próprio modelo, forjar sua própria exceção” (Ehregberg, 2010, p. 54).

Cristopher Lasch, na década de 1970 numa observação visionária, descreve sobre o conceito do “Teatro da Vida Cotidiana”, composto por homens e mulheres comuns que se tornam atores e diante de sua audiência não podem demonstrar altos e baixos, “burocratizando o espírito”. Lasch denuncia que esse desempenho homogêneo gera um verdadeiro mal-estar contemporâneo. Ainda distante no tempo dos influenciadores digitais, comenta: “quanto mais o homem se transforma em objeto em seu trabalho, mais a realidade assume a aparência de ilusão” (Lasch, 1970, p. 122).

Confirmando a observação de Lasch, três décadas depois, os influenciadores digitais transformam seu nome pessoal em uma marca/empresa com publicações performatizadas da sua vida privada (Souza, 2019). O *digital influencer* tenta parecer o mais real possível, “gente como a gente”, embora tenha total consciência do conteúdo editado. O fantasioso despojamento se destaca na performance, onde faz uso de bordões, algo que era típico apenas dos programas de televisão. Sobre o empreendedorismo digital, Souza (2019, p. 86) complementa:

(...) a construção de um “eu-empresa” demonstra como o Instagram, por exemplo, vem se tornando capaz de “adestrar” seus usuários dentro da ideologia do empreendedorismo norte-americana, que foi reavivada pelo Vale do Silício e pelo oligopólio de empresas que dominam a Internet atualmente. O desenvolvimento e crescimento da atividade de digital influencer, na chave do discurso do empreendedorismo, glamouriza e dá feições de avanço tecnológico àquilo que na realidade se trata de um processo de precarização do trabalho.

Nesse sentido, Lasch aponta que os meios de comunicação reforçam o narcisismo, intensificando o desejo pela fama, pelo sucesso e pela falsa exclusividade. Isso encoraja o homem comum a se identificar com os famosos e a odiar a massa, tornando cada vez mais difícil para ele aceitar a banalidade da existência cotidiana (Rodrigues, 2023).

A cultura dos *digital influencers* ocorre simultaneamente ao crescimento do acesso à Internet e da hegemonia da conexão por meio de *smartphones*. A partir de 2014, o número de usuários de Internet via celular superou a linha de telefone fixa no Brasil e o acesso à rede tornou-se constante por meio dos equipamentos portáteis. Nesse momento, ocorreu também um crescimento do uso das plataformas de rede social e uma maior busca de informações sobre produtos e serviços *online*, que passaram a ser disseminadas pelos *digitais influencers* através de postagens (Souza, 2019).

Dessa forma, observa-se que o uso das redes sociais amplificou não só a divulgação da cultura terapêutica, como também ampliou o alcance dos serviços psicológicos para a população em geral. *Coachs* e autores de autoajuda usam a *web* para fazer publicidade, oferecer cursos e serviços para qualquer um que deseje escutar ou esteja disposto a pagar por seus conselhos e ensinamentos (Cabanas; Illouz, 2019). Em razão desse alcance, muitos profissionais da área de psicologia têm se utilizado dessas tecnologias para a divulgação de seus serviços psicológicos. Basta uma rápida pesquisa no Instagram para encontrar milhares de páginas de profissionais nessa rede.

Dessa forma, para exemplificar as abordagens discutidas neste trabalho, foi realizada uma pesquisa na plataforma de mídia social Instagram, no período entre setembro e outubro de 2023. Esse levantamento utilizou *hashtags* condizentes com o tema deste estudo, tais como: *#saúdemental*, *#psicoterapiaedesempenho*, *#psicoterapiaeprosperidade*, *#psicologiapositiva* e *#psicologiaeempreendedorismo* com o intuito de compreender como as reflexões apontadas ao longo desse trabalho vêm sendo abordadas pelos profissionais da Psicologia, em específico. A pesquisa focalizou exclusivamente *posts* de profissionais que se autodenominam psicólogos em suas respectivas páginas e publicações. A seguir, apresentaremos alguns posts selecionados dessa pesquisa.

Na Figura 1, temos o *post* de uma psicóloga que transita da clínica para a orientação e mentoria de empreendedores. O tema do empreendedorismo tem sido inspiração para muitos profissionais da Psicologia e, a partir do estímulo à prática empreendedora, criam serviços que são ofertados a uma crescente demanda de sujeitos neoliberais que desejam mudar o seu “*mindset*”, ou seja, mudar os seus pensamentos e crenças a fim de enriquecer e ter sucesso.

Figura 1



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

O sujeito neoliberal precisa mudar hábitos e atitudes, desconstruir e construir, adaptar comportamentos, reprogramar. Nesse sentido, as ciências psi têm se posicionado no sentido de oferecer a possibilidade de desprogramar um comportamento e substituir por outro, mais desejável, dando autonomia ao indivíduo para que maximize sua performance. Há essa crença em diversas linhas teóricas e por isso as práticas psi tem encontrado espaço de expansão (Fernandes, 2023).

Na Figura 2, podemos notar uma outra profissional que inicia suas postagens em sua página do Instagram de maneira bastante convencional, seguindo uma linha mais “tradicional”, na qual promove o trabalho de psicoterapeuta. No entanto, com o decorrer do tempo, a mesma psicóloga passa a enfatizar e utilizar com frequência termos de auto ajuda como “prosperidade” e “mentalidade próspera” alterando inclusive a estética e a linguagem de suas postagens, conforme evidenciado nas Figuras 3 e 4.

Figura 2



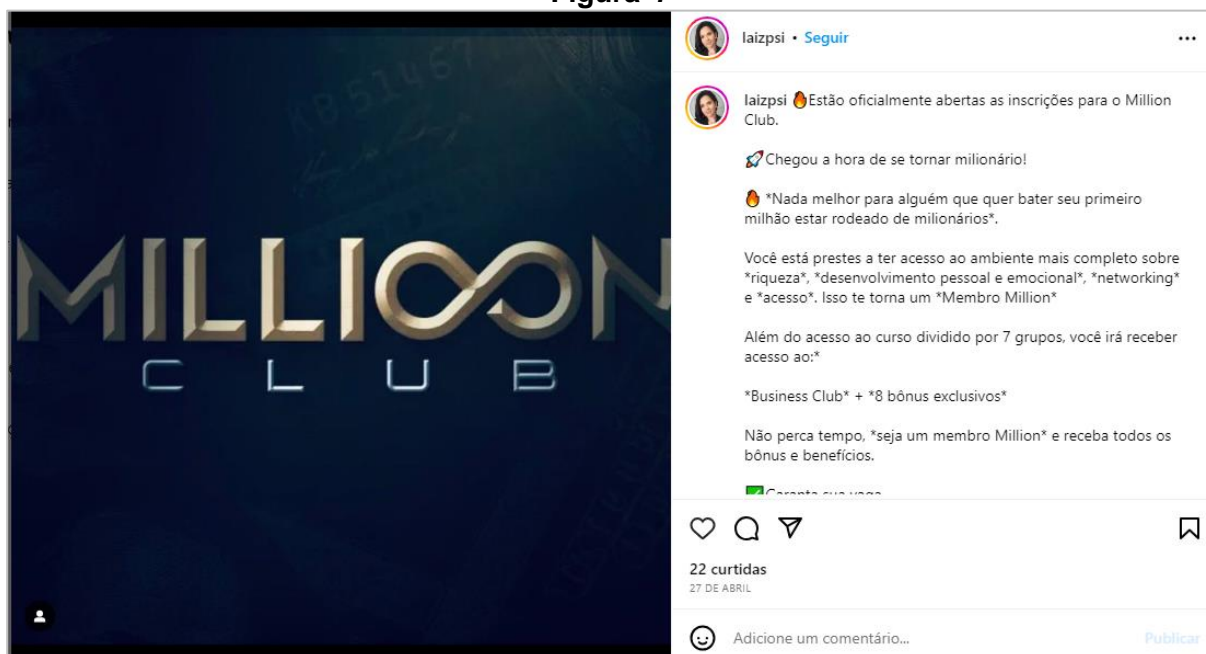
Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 3



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 4



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Nessa mudança, observa-se o aumento gradativo do uso da linguagem sensacionalista e apelativa, culminando na promoção do evento “Million Club” que tem por objetivo gerar uma mudança da “mentalidade de escassez” para uma “mentalidade de riqueza e prosperidade”.

Essa transição no formato de publicizar os serviços de psicoterapia ilustra, ainda que de maneira caricata, mudanças na prática de alguns profissionais das psicociências e como esses vem se posicionando para atenderem as demandas neoliberais.

Nas Figuras 5 e 6 observamos também a publicidade de *workshops*, realizados por outros psicólogos, com o intuito de desenvolver a mentalidade de prosperidade e sucesso, associados ao contexto do empreendedor.

Figura 5



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 6



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Esses posts impressionam pela estética semelhante: todos apresentam o fundo escuro e a imagem do autor/profissional em destaque, promovendo seus eventos/produtos sensacionalistas. É muito interessante observar a reprodução de um padrão estético pré-estabelecido em posts com conteúdo similares, o que leva a questionar sobre uma possível matriz que dissemina a mesma estética que passa a ser reproduzida e copiada em lote com foco na conversão de vendas e no maior alcance do público desejado.

Embora o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tenha publicado em 21 de junho de 2022 uma nota técnica com orientações sobre publicidade e cuidados éticos no uso profissional das redes sociais, para orientar a categoria a atuar nesse contexto, vemos claramente, em muitas situações, a infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP). Na nota técnica (CFP 1/2022), a publicidade sensacionalista e a previsão taxativa de resultados não são desejáveis, conforme segue:

Orienta-se que a psicóloga e o psicólogo se certifiquem de que a publicidade profissional não tenha cunho sensacionalista, e nem mesmo previsão taxativa de resultados ou autopromoção em detrimento de outros profissionais, práticas vedadas pelo CEPP (Nota técnica CFP 1/2022).

A divulgação de preços também é desestimulada, conforme segue:

Quando da divulgação dos serviços profissionais, orienta-se que o preço não seja usado como forma de propaganda, conforme disciplina o art. 20, alínea “d” do CEPP, abstendo-se de utilizar termos como: preço social, atendimento social, desconto, pacote promocional, valor acessível e similares e demais termos que façam referência a vantagem financeira do serviço (Nota técnica CFP 1/2022).

Nos posts acima, observamos além da propaganda sensacionalista (Figuras 4, 5 e 6) e a divulgação de preços (Figura 5), a existência de publicidade enganosa e abusiva (Figura 3). Essa última é proibida pelo Conselho Federal de Psicologia e está em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, conforme segue:

É vedada a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços (Resolução CFP nº 11, de 20 de dezembro de 2000, e Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990).

No contexto competitivo, é necessário investir nas competências para o trabalho, mas, além disso, é preciso transformar-se em “um indivíduo iluminado que foge da sombra, da má conduta e tenta resolver todo e qualquer obstáculo da vida” (Tavares, 2021, p. 25). Assim, a psicologia positiva emprega um léxico e técnicas comuns que levaram cientistas, *coachs* e profissionais da felicidade e do bem-estar a falar a mesma língua (Cabanas; Ilouz, 2019).

Dessa forma, a linguagem das psicociências vai sendo largamente empregada como estímulo ao empreendedorismo e, por sua vez, o individualismo. Como citam Rose e Puzio (2013), as frases como: “tenha ousadia”, “busque o sucesso”, “seja pró-

ativo”, entre outras, são amplamente utilizadas pelos profissionais psi, enfatizando, no indivíduo, a necessidade de se superar e vencer os obstáculos.

Para Cabanas e Illouz (2019), “a felicidade se constrói sobre uma narrativa terapêutica de crescimento pessoal que é absolutamente genérica”. Para os autores, o método para conquistar a felicidade é sempre igual em todos os casos: deve-se primeiro reconhecer que não é feliz para que se possa tomar as rédeas da própria vida e trocar atitudes ou pensamentos negativos por outros mais positivos.

O sujeito neoliberal que não alcançou o sucesso pode contratar o serviço de um profissional da psicologia para que o guie na sua mudança de “*mindset*”, rumo à prosperidade. Na Figura 7, observamos um *post* muito ilustrativo e que relaciona o sucesso do empreendedor (CNPJ) ao desenvolvimento emocional do sujeito (CPF), não dissociando a pessoa física da pessoa jurídica/empresa, conforme segue:

**Figura 7**



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

A expressão “Não Pare Nunca” remete à reflexão de Han (2017) sobre o sujeito do desempenho, na qual as atividades executadas por ele são, muitas vezes, realizadas sem aprofundamento ou sem dedicação à vida contemplativa, contrariando

o ideal de Arendt. Esse sujeito é um sujeito multitarefas e que não gera nada de novo, limitando-se apenas a reproduzir e acelerar o que já existe (Han, 2017).

Quando a concorrência é contra si mesmo e se tem a obrigação de tudo fazer, o cansaço é inevitável (Mocellim, 2021). O estresse gerado por um fluxo intenso de trabalho, pela diminuição do tempo para executar as tarefas e pelas metas impossíveis de serem alcançadas, adocece trabalhadores que são responsabilizados individualmente por esse fracasso (Dardot; Laval, 2016).

Para Dardot e Laval (2016), um “cansaço de si mesmo” é consequência da necessidade de se reinventar o tempo todo, assumir riscos constantes e, em contrapartida, receber uma baixa resposta das organizações no atendimento aos seus desejos individuais. Além disso, a frequente obsolescência da força de trabalho é uma ameaça constante a esse estado de alerta, sendo também causador de fadiga.

A exploração da psique em detrimento dos corpos introduz a era do esgotamento. Para Han (2014), em “A Sociedade do Cansaço”, a depressão e o *burnout* são produtos dessa nova era. As psicopatologias da atividade, como o *déficit* de atenção e hiperatividade, e do esgotamento, como a depressão e o *burnout*, são a representação de um novo mal-estar de uma sociedade que não mais recalca ou proíbe, mas que impulsiona a fazer cada vez mais.

A sociedade do desempenho que permite equiparar liberdade com produtividade e responsabilidade individual por seu sucesso e fracasso não pondera limites à expansão capitalista. A psicopolítica, como pano de fundo dessa nova construção social, sustenta a busca pelo crescimento contínuo, eliminando a possibilidade de estagnação. Se o biopoder foucaultiano tinha por princípio a negatividade e as proibições, o “psicopoder” contemporâneo é muito mais positivo, permissivo e autoriza a ação: “ao invés de oprimir, se busca libertar e motivar; ao invés de punir os erros e excessos, se busca manter a sensação de gratificação para *impulsionar a dependência*” (Mocellim, 2021, p. 6).

A expansão do psicopoder é ilimitada e infinita e se espalha por todos os aspectos da vida, restando ao sujeito agir, sem descanso, sem pausa e sem reflexão, criando uma versão contemporânea do *animal laborans* de Arendt, que transforma o fazer em sua filosofia (Mocellim, 2021). Para Corbanezi (2018), o sujeito do desempenho é cheio de palavras como “projeto”, “motivação”, “iniciativa”, “eficiência”

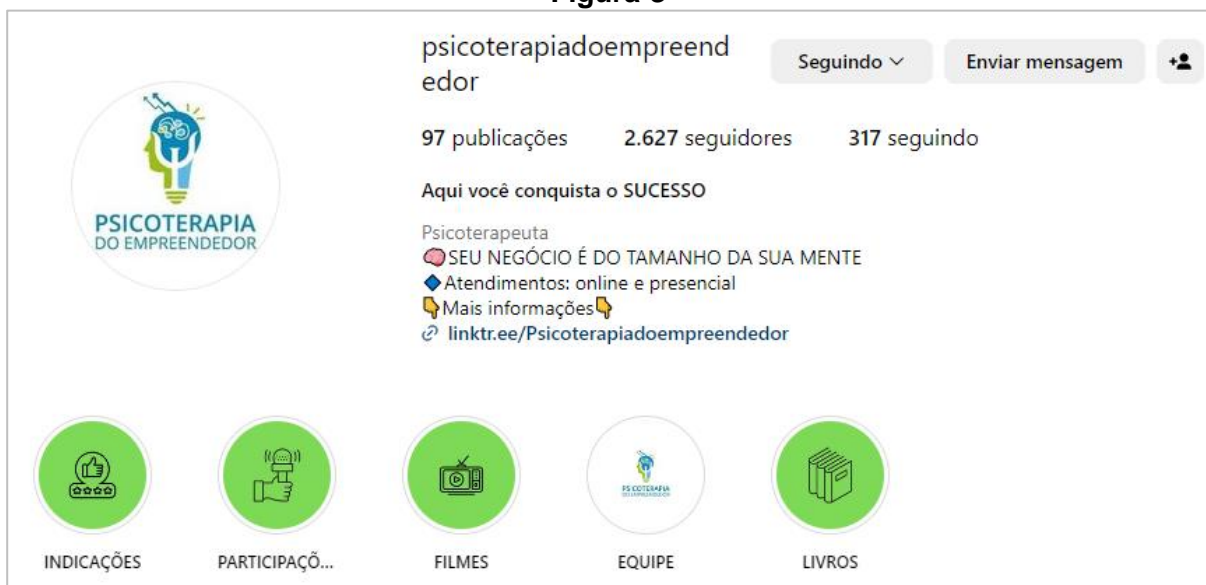
e “flexibilidade”, pois precisa do excesso de positividade para ser extremamente produtivo, ativo e muito acelerado.

Ehrenberg (2010), em uma interessante passagem do seu livro “O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa”, destaca que, em 1830, ter uma grande ambição era oposto ao equilíbrio psíquico. Os jovens que desejavam ser bem-sucedidos eram aconselhados a buscarem um bom emprego e que não procurassem sair muito de sua posição social de origem, caso não tivessem talentos excepcionais. Os médicos da época procuravam descrever os sintomas clínicos dos ambiciosos, pois acreditava-se que a ambição desmedida levava à melancolia (Tavares, 2021).

Mesmo que o freio aos ímpetos e aspirações dos jovens de ascenderem possa estar relacionado à manutenção do *status quo*, mostra, ainda assim, o movimento oposto ao que temos hoje. Diferentemente de 1830, os indivíduos contemporâneos precisam cada vez mais investir em si mesmos para aumentar a sua performance e, como a competição se dá em todos os aspectos da vida, o indivíduo atual busca diversas técnicas e estratégias para alcançar o sucesso (Tavares, 2021).

As páginas intituladas “Psicoterapia do Empreendedor”, “Psicologia do Empreender” e “A Psicologia do Empreender” são de autoria de três psicólogos distintos. Esses profissionais concentram os seus esforços no desenvolvimento do empreendedorismo através da abordagem terapêutica, ou seja, utilizam-se de ferramentas da psicoterapia com o propósito de cultivar e oferecer suporte para desenvolver e apoiar o processo do empreendedor de si.

Figura 8



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 9



Fonte: Instagram, 2023. . Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 10



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Para Pineda (2021), os psicólogos experienciam a racionalidade neoliberal de duas maneiras: primeiro, como profissionais que atuam na transformação dos sujeitos e de suas capacidades produtivas; e, em segundo lugar, como trabalhadores, que também vivenciam a mesma dinâmica do empresário de si, sendo coagidos pelo sistema a explorarem a si próprios.

Na Figura 11, vemos novamente o trabalho terapêutico, psicológico e de suporte emocional sendo associado ao empreendimento e às estratégias do negócio. O desenvolvimento do CPF e do CNPJ aparecem novamente como elementos intimamente conectados aqui, numa relação inseparável entre o indivíduo e a empresa.

A valorização do eu é uma das principais consequências da racionalização neoliberal e o investimento na gestão das emoções é uma servidão voluntária aos dispositivos de poder emocional. Para que o investimento em si traga algum retorno, Andrade (2011) ressalta que o sujeito do desempenho precisa adaptar o seu cuidado de si às demandas do mercado. Nas Figuras 12 e 13, vemos o estímulo à contratação dos serviços terapêuticos para melhorar a performance dos negócios, numa correlação intrincada entre o sujeito e a empresa.

Figura 11



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 12



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 13



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Os teóricos neoliberais alteraram o campo de objeto epistemológico quando pararam de pensar apenas sobre os mecanismos de produção e consumo e passaram a adotar o ponto de vista do investidor. A visão do investidor pressupõe a gestão de recursos raros e não sobrepostos, como os recursos humanos. Assim, inaugurou-se a ênfase em uma ciência do comportamento humano e o trabalho passou a ser olhado como um investidor o faz, ou seja, se faz necessário calcular a alocação de recursos de maneira lucrativa e com o mínimo de perdas. Dessa maneira, o trabalhador se converteu em um sujeito econômico ativo, que investe em si mesmo e cujo rendimento é derivado principalmente das suas aptidões e competências, ou seja, do seu capital humano (Andrade, 2011).

Além disso, a ideia de liberdade vinculada à propriedade, base da ideologia neoliberal, cria o "indivíduo proprietário" que tem, por um lado, a liberdade para buscar a sua essência e, de outro, uma subjetividade em que o "dono de si" e procura aprimorar sua personalidade (Fernandes, 2023). Como descreve Andrade (2011, p. 285), além da educação formal e dos treinamentos corporativos, todas as outras relações são atravessadas pela mesma lógica: "o afeto dos pais para com os filhos, a busca do parceiro amoroso, a escolha das redes de relações pessoais, os cuidados médicos, os jogos, o lazer, os esportes, a cultura e toda e qualquer relação social e

atividade”. Dessa forma, o trabalhador se tornou um “capitalista de si mesmo” e toda a vida tornou-se *business*.

A submissão da vida ao cálculo econômico desfaz as fronteiras entre o tempo do trabalho e o tempo fora dele. O desenvolvimento pessoal mais profundo, o aprimoramento psicológico ou emocional, não escapam dessa lógica e tornam-se produtos para obter um melhor desempenho econômico:

o tempo da vida inteira se reduziu totalmente sob influência da gestão econômica, e a relação consigo mesmo e com os outros foi exclusivamente concebida de modo financeiro, sendo tudo medido em dinheiro (Andrade, 2011, p. 293).

Se todas as esferas da vida são atravessadas pela lógica empresarial na atualidade (Dardot; Laval, 2016), podemos pensar que essas são relações superficiais, pouco profundas, utilitaristas e, principalmente, empobrecidas, desvalorizando o que há de mais importante nas relações humanas: a compaixão e a solidariedade.

Não surpreendentemente, testemunhamos um aumento da indiferença diante das desigualdades e, ainda mais preocupante, um sentimento de ódio em relação à pobreza e aos pobres. Esse mal-estar se manifesta tanto individual quanto coletivamente, se materializa em ações higienistas e fascistas e que são endossadas inclusive pelo poder público.

#### 4 O AUTOCUIDADO, O INDIVIDUALISMO E O NARCISISMO

Os cliques da internet tornaram-se os remos das antigas galés. Remem remem remem. Cliquem cliquem cliquem para não ficar para trás e morrer. Mas o presente, nessa velocidade, é um pretérito contínuo.

Eliane Brum

Durkheim, na sua tese de doutorado “Da divisão Social do Trabalho”, de 1893, descreve uma diminuição da regulação moral, denominada de anomia, e o aumento do individualismo na sociedade em razão da expansão capitalista à época. Para Durkheim, não há vida social possível sem que se estabeleça uma instituição moral básica. Para o autor, portanto, o aumento do individualismo é proporcional à diminuição do poder regulador das instituições sobre o indivíduo (Alves; Sanches; De Luccia, 2018).

Como consequência, Durkheim acreditava que havia dois caminhos possíveis ao sujeito desse ambiente social: o primeiro seria que a especialidade profissional geraria uma diversificação tamanha que acabaria perdendo o seu valor moral; e o segundo seria uma intensificação da experiência corporal para encontrar a felicidade. Para Alves, Sanches e De Luccia (2018), as previsões de Durkheim se concretizaram, sendo que o primeiro caminho se manifesta, hoje, nos episódios depressivos, epidêmicos, e o segundo caminho é explicado pelo culto da performance individual.

Com a flexibilização das leis e de uma maior permissão social, o foco passa a ser no desempenho do indivíduo e na sua performance, criando uma incapacidade de satisfazer os desejos infinitos do sujeito. Dessa forma, se antes tínhamos patologias relacionadas à proibição e à lei, que geram culpa e conflito interno entre duas possibilidades, hoje temos a depressão, como patologia predominante, pois essa aparece como tragédia implosiva da insuficiência e da inibição (Safatle, 2015).

O indivíduo se constitui a partir das relações sociais incluindo-se os fatores internos e externos. Dessa forma, o sujeito atual é desamparado e onipotente ao mesmo tempo e, portanto, vulnerável ao aparecimento de doenças psíquicas. O sistema neoliberal não cria a depressão, mas propicia o seu afloramento, ou seja, fornece várias condições para que o indivíduo seja por ela acometido (Cambauva; Silva Jr., 2005).

Para Safatle (2015), as depressões e transtornos de personalidade, como as patologias narcísicas e *borderline*, parecem cada vez mais dominantes. Segundo a

Organização Mundial da Saúde (OMS), 7% da população mundial sofria de depressão em 2010, sendo a principal causa conhecida o sofrimento psíquico. No Reino Unido, 1 em cada 5 adultos sofre atualmente de depressão e crescem em média 20% ao ano em países como os EUA, onde 9,1% da população sofre da doença, e hoje é a modalidade de sofrimento psíquico com maior impacto econômico.

Se o diagnóstico psicopatológico inicialmente significava uma temível exclusão social, ao resultar em internações institucionais como um hospital psiquiátrico, por exemplo, hoje é uma poderosa ferramenta de reconhecimento e que, muitas vezes, favorece a desresponsabilização do sujeito (Dunker, 2015).

Dessa forma, observamos hoje uma epidemia diagnóstica de psicopatologias, como o TDAH e o autismo, tanto em adultos como em crianças. A inclusão de sintomas relacionados a ambas as condições se ampliou a ponto de permitir que qualquer pessoa se enquadre nesses diagnósticos. Embora a neurodivergência seja uma parte intrínseca da diversidade humana, no entanto, a generalização desses diagnósticos na população e sua apropriação pelo senso comum acabam por banalizar a psiquiatria e a psicologia e o seu exercício profissional.

O patológico não é o oposto da normalidade, mas sim uma regra de produção e de reconhecimento da variedade, da anomalia, da diferença e da excepcionalidade. (Dunker, 2015). Dessa forma, se os sujeitos buscam cada vez mais a diferenciação como indivíduos, como acredita Ehrenberg (2010), o diagnóstico patológico passa a ser uma distinção, uma individualização, justificando a crescente demanda por práticas terapêuticas.

Assim, nomear aquilo que é estranho a si (*Das Unheimlich*), numa busca frenética de diferenciação e, ao mesmo tempo, buscar o enquadramento a partir do diagnóstico, pode parecer bastante contraditório. Entretanto, observamos que essa é a lógica operante da contemporaneidade.

Corbanezi (2018, p. 6) ilustra a outra contradição atual: foca-se no desempenho, mas encontra no *burnout* o resultado direto da sua exploração:

Em um aforismo sugestivo, o antropólogo estadunidense Marshall Sahlins (2004, p. 23) sentencia: “[u]m povo que concebe a vida exclusivamente como busca da felicidade só pode ser cronicamente infeliz”. Do mesmo modo, ao juízo de Han, a lógica social parece inequívoca: a sociedade hiperativa do desempenho só pode produzir indivíduos estafados. Daí a epidemia de um sofrimento psíquico relacionado diretamente ao desempenho profissional, que captura

todos os aspectos da vida humana. A síndrome de burnout, que precede a depressão, é a consequência lógica e patológica da autoexploração.

O abandono da sociedade disciplinar deslocou o investimento das instituições para o hiper investimento do eu. A valorização exagerada do sujeito, que promove o individualismo puro, descola os interesses da massa e o esvaziamento das finalidades sociais, permitindo que o discurso psi se torne uma nova ética (Lipovestsky,1983).

Para a psicologia positiva, a felicidade e individualismo estão conectados de maneira muito estreita, sendo que o individualismo é visto como uma condição necessária para a felicidade, e a felicidade é a justificativa científica e moral do individualismo. Para os psicólogos positivos, ser feliz é a busca individual dos objetivos estabelecidos para si mesmo e o individualismo é a variável mais fortemente relacionada à felicidade, e vice-versa, independentemente de quaisquer fatores sociológicos e econômicos (Cabana; Illouz, 2019).

Assim, a cultura terapêutica contribui com o aprofundamento da subjetivação e da interioridade, colocando o sujeito em primeiro plano durante toda a jornada terapêutica e reforçando a individualização, o egoísmo e o cuidado de si como a mais relevante das tarefas, ficando em segundo plano as relações, a coletividade, a comunidade. Não é por acaso que o discurso da busca pelo “autocuidado” e pela “autoestima” é hegemônico entre os profissionais do bem-estar. O outro é sempre secundário e, muitas vezes, dispensável nesse processo.

As Figuras 14, 15, 16 e 17, respectivamente, ilustram essa reflexão:

Figura 14



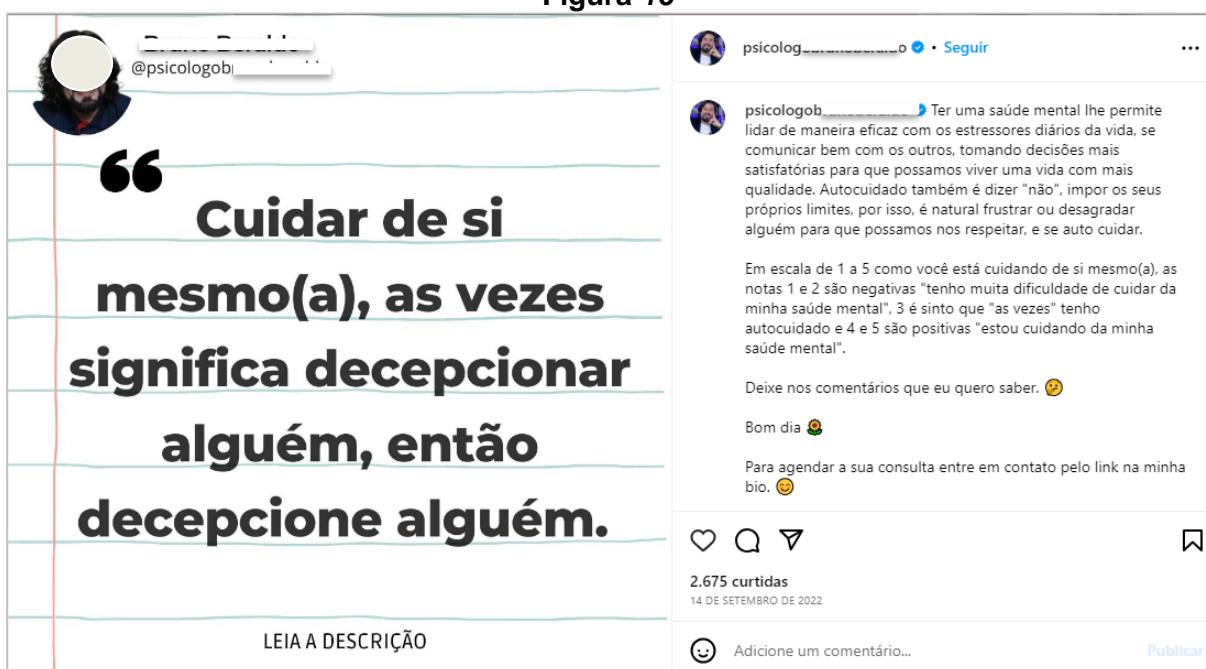
Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 15



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 16



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Figura 17



Fonte: Instagram, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

Ao tornar-se um ser que se basta, o homem não precisa do outro para existir, assim os objetivos individuais são conflitantes com os objetivos comuns e trazem como consequência a superficialidade e a fragilização das relações sociais. Com toda essa onipotência, interagir com o outro perde o sentido (Cambauva; Silva Jr., 2005).

A psicologização da sociedade neoliberal está diretamente relacionada ao crescimento do individualismo, como descrevem Cabana e Illouz (2019, p. 59):

Aspectos como trabalho passaram a se tornar uma questão de projetos pessoais, criatividade e empreendedorismo; aspectos como educação, uma questão de competências individuais e talentos pessoais; saúde, uma questão de hábitos e modos de vida; amor, uma questão de afinidades interpessoais e compatibilidade; identidade, uma questão de personalidades e decisões pessoais; progresso social, a soma agregada do crescimento pessoal etc.

Assim, a psicologia positiva é a área que mais relaciona a felicidade ao individualismo, tornando esses conceitos interdependentes. No entanto, esses pressupostos não são exclusivos dessa disciplina, mas de quase toda a Psicologia (Cabana; Illouz, 2019).

O sujeito autossuficiente acredita que não precisa da proteção do Estado e é guiado por seus próprios interesses, crê na garantia da liberdade individual. Esse mecanismo regido pela concorrência entre os indivíduos, em tese, apresentaria chances iguais de lutarem pelo sucesso pessoal. No entanto, o investimento libidinal do indivíduo em si mesmo, estimulados pela cultura de mercado, favorece as denominadas patologias do narcisismo, entre as quais se situa a depressão, remetendo o indivíduo ao estágio inicial do desenvolvimento humano (Cambauva; Silva Jr., 2005).

Para Freud, o narcisismo é uma etapa do desenvolvimento humano e da qual observam-se duas instâncias. Na primeira instância, a energia libidinal normal ajuda na preservação psíquica do indivíduo, que trata o próprio corpo como fonte de desejo. Nessa instância, o bebê não se reconhece enquanto ser separado do mundo externo:

há uma fusão com o mundo, não há o sentimento de alteridade, de reconhecimento do outro, sendo que a libido se encontra voltada para si mesmo, requerendo que suas necessidades sejam satisfeitas imediatamente, caso contrário geram grande tensão (Cambauva; Silva Jr., 2005, p. 531)

Caso o bebê não consiga se desvincular, fundindo-se com sua mãe, num movimento patológico, o indivíduo fixa sua libido, direcionando-a para o próprio ego.

Quando direcionada para o próprio ego, o indivíduo evita o desprazer ou a dor psíquica, mais uma vez, procura a aceitação como sentimento de proteção. A busca obsessiva por aceitação torna fácil a correspondência às regras culturais e o seu ego é inflado para corresponder às suas expectativas de retorno ao estado onipotente que tinha quando criança (Freud, 2010).

Um retorno a essa fase ocorre diante do desamparo, regredindo, portanto, ao estágio em que a criança se sente onipotente. Quando o indivíduo tem dificuldade de se desprender desse estágio, podemos pensar em uma fixação na etapa narcísica e suas ações e comportamentos remeterão aos movimentos psíquicos dessa fase.

Assim, podemos pensar que uma cultura narcisista consiste na infantilização do indivíduo, que retorna ao sentimento de onipotência da primeira infância encontrada na constante oferta e produção de desejos e no mal-estar a partir das insatisfações resultantes das falsas promessas do capitalismo (Rodrigues, 2022).

Para Lacan (1966c), o narcisismo origina-se no estágio do espelho, etapa do desenvolvimento na qual a criança ainda pequena se reconhece na imagem refletida no espelho e se satisfaz com essa imagem. Essa imagem de si mesmo, no entanto, depende do outro e que, ao tornar-se um par com o eu, torna-se também um objeto de amor. Porém, o outro é sempre incapaz de satisfazer essa plenitude buscada pelo eu fazendo com que o sujeito sempre busque por esse momento perdido na tenra infância. Como o outro não supre esse desejo, o eu volta para si, investindo em si mesmo, de maneira incessante, porque a satisfação nunca será plena, constituindo-se o narcisismo.

O indivíduo narcisista é indiferente em relação aos outros e, como suas relações tendem a ser passageiras, há uma separação afetiva que, por ironia, o torna dependente e frágil. No início do capitalismo reforçava-se o acúmulo de bens, no entanto, atualmente, há uma tirania do mercado que exige a adesão à exibição e ao consumo como forma de manter a identidade, reforçando a dependência emocional, afetiva e financeira (Rodrigues, 2023).

Assim, os processos de subjetivação são indispensáveis para que se compreenda a hegemonia da busca pela felicidade nos tempos atuais. Essa nova subjetividade impressiona pelo auto centramento do sujeito, ao mesmo tempo em que cria o apagamento do outro, sendo esse um traço fundamental da cultura narcísica (Pinto; Moura, 2022).

O *homo psi*, que tem um intenso amor por si mesmo, rejeita os valores sociais e altruístas, isolando-se em seu mundo objetivo. Nesse contexto, surge um novo personagem: o narciso. O narcisismo não é exclusivo dessa época, mas aqui é descrito como um tipo de narciso desenvolvido nesse tempo e que possui características como pragmatismo, cinismo, vida privada e lazer individual, sem

religião, apolítico, amoral, naturista. Um sujeito voltado para si e não para o espaço público (Cruz, 2013).

O sujeito, cada vez mais individualista, rompe os laços de solidariedade social para se concentrar apenas em se autoajudar e se solidarizar consigo mesmo. Esse excesso de individualismo nega a interdependência e idealiza o trabalhador autossuficiente. A idealização intensificada do sujeito autossuficiente faz com que o empreendedor de si sintase menos dominado, à medida que passa a ser mais dominado. Nessa lógica, o ideal narcisista é uma vantagem competitiva, já que impulsiona o sujeito a investir no seu projeto pessoal, com foco no aumento da performance do seu empreendimento (Briales, 2017).

O sujeito neoliberal é sempre culpabilizado pelas crises que atingem a economia e a sociedade como um todo, tais como a miséria e as recessões econômicas: “o fracasso, o insucesso, a perda, a derrota têm suas causas atribuídas à falta de capacidade de o indivíduo lidar com as adversidades” (Cambauva; Silva Jr., 2005, p. 533). Com isso, esse sistema exige um indivíduo onipotente e, quando este falha, toda a culpa recai sobre si mesmo, afetando-o em nível psíquico (Cambauva; Silva Jr., 2005).

Em face desse contexto, nota-se um esvaziamento dos interesses comunitários, abrangendo tanto os interesses públicos quanto os políticos para um direcionamento e prática centradas no eu, refletindo uma orientação cada vez mais ensimesmada. Uma das principais implicações desse cenário são as políticas associadas à cultura terapêutica e à transformação das questões sociais em atribuições emocionais, cindindo o indivíduo do meio social. Nesse sentido, a subjetividade dos indivíduos se transformou no *locus* onde se originam os problemas sociais e, conseqüentemente, onde eles devem ser resolvidos.

O impacto é o desmoronamento do social em prol do psicológico: “a Política, com “P” maiúsculo”, é assim deslocada por uma política terapêutica, enquanto a felicidade assume o lugar do ideológico como forma de definir o modelo ideal de cidadania (Cabana; Illouz, 2019, p. 59).

A função política da psicologia nesse contexto cria novas realidades. Como as questões econômicas, políticas e sociais estão fora do indivíduo e do qual ele não tem alcance de mudança, ela cria uma realidade autônoma e apartada do todo, induzindo

nos indivíduos uma busca por práticas de autodesenvolvimento, sendo o único espaço que lhes resta:

se transformar a realidade sociopolítica é inviável, porque o social já não existe mais, resta a criação do psicológico como espaço pessoal (interioridade psicológica) e interpessoal (relacionamento grupal baseado em técnicas psicológicas) (Benelli, 2019, p. 527).

Para Fernandes (2023), essa visão não é resultante da construção da psicologia como ciência em si, tendo em vista que há psicologias múltiplas que buscam a resistência e a coletividade. Em vez disso, aponta para a apropriação indevida da teoria e da linguagem psicológicas pelo capitalismo neoliberal.

Essa ideologia se aproveita das ideias, técnicas e ferramentas das psicociências para coagir e explorar sujeitos em busca da máxima produtividade. Nesse contexto, é preciso repensar a prática das ciências psicológicas e que os psicólogos estejam atentos ao uso ético de suas ferramentas e teorias, evitando que sejam instrumentalizadas a favor de agendas que vão contra os princípios fundamentais da profissão. Além disso, a reflexão sobre o impacto social das práticas psicológicas se torna crucial, visando contribuir para uma abordagem mais humanizada e coletiva no campo da psicologia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego estrutural, além de ser um grave problema social, é fundamentalmente um projeto político. Parcelas consideráveis da população são destituídas do direito ao emprego pelo neoliberalismo, tornando o acesso ao trabalho decente e regulamentado um grande desafio, o que vulnerabiliza a maioria dos trabalhadores que pertencem à classe que vive do trabalho (Antunes, 2018).

A esses trabalhadores resta apenas resignar-se à narrativa hegemônica do empreendedorismo, pois, ao ser repetida e disseminada pelos diversos agentes sociais, torna-se uma realidade inquestionável. Isso intensifica a pressão sobre o sujeito para competir e se individualizar cada vez mais, afastando-o de seu âmbito social. Dessa forma, o indivíduo que precisa sobreviver ao escasso mercado de trabalho tem sua subjetividade cooptada e seu funcionamento psíquico modificado, transformando-se em um novo sujeito.

Nesse contexto, os trabalhadores necessitam cada vez mais estar preparados e buscam por ferramentas de aprimoramento e de otimização, melhorando sua própria eficácia, programando e reprogramando comportamentos que sejam condizentes e mais adaptáveis com o ambiente hostil e competitivo em que vivem, num contínuo movimento de busca de diferenciação e singularização.

O empresariamento da vida rege todas as relações sociais, impactando os sujeitos desde o nascimento até a sua morte, interferindo ainda na relação mãe-bebê e na família. Passa pela educação formativa escolar e universitária, pelo ambiente de trabalho, pelas amizades e sociedade como um todo, mantendo e cumprindo o seu papel de defender a liberdade de mercado como senhora que deve reinar absoluta e ultrapassar as fronteiras econômicas, invadindo as subjetividades, tornando a verdade uniforme e inquestionável.

As tecnologias terapêuticas se deparam com essa nova subjetividade neoliberal, individualista, atomizada, empreendedora de si mesma, autocentrada e reforçam com suas práticas uma cultura cada vez mais narcísica. Ao deixar de lado as dimensões sociais e históricas de sua práxis, as psicociências pouco têm refletindo criticamente sobre seus limites e impactos na coletividade.

O contexto do novo capitalismo é um campo fértil para o florescimento da cultura terapêutica, tornando-a dispositivo de governamentalidade dos sujeitos. A supremacia do mercado aproveita-se de suas tecnologias e, ao invés de libertar os sujeitos de suas opressões, oprime-os ainda mais, responsabilizando o próprio indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. O individualismo e o narcisismo reforçados e idealizados por essas práticas, o estímulo à ideologia do autoconhecimento e a ilusão da saúde mental individual, com seus indivíduos dissociados da realidade social, enfraquecem as possibilidades coletivas e de mudança social.

Os profissionais das psicociências, muitas vezes, trabalham com uma visão de ser humano naturalizado, descontextualizando-o do seu meio social e de sua história. Para entender o psiquismo humano é preciso compreender as mediações sociais que o constituem. Assim, eles precisam ampliar cada vez mais o seu olhar crítico e buscar uma atuação que possibilite a transformação social, e não a legitimação pura do sistema (Cambauva; Silva Jr., 2005).

Além de não estarem apartados da lógica neoliberal, os psicólogos, já em sua formação universitária, têm o predomínio da ideologia de mercado (Rivero, 2010). Recuperar a essência das ciências psi que originalmente se propunham a compreender o humano em sua condição mais profunda, promover o bem-estar, a saúde mental e emancipar os sujeitos de seus sofrimentos emocionais e do desamparo do viver, deveria ser o principal e único projeto desses saberes. Ou se retorna desde já às bases, ou o seu futuro será incerto e suas práticas descredibilizadas e inviabilizadas por aqueles que lutam e reivindicam por uma sociedade mais igual.

Diante disso, se faz urgente questionar o papel das psicociências, repensar a formação, a narrativa e o impacto de suas práticas terapêuticas na sociedade. É necessário refletir criticamente e revelar a serviço de quem atuam esses profissionais e para qual modelo de sociedade sustentam o seu discurso.

Os conselhos de classe, em particular o Conselho Federal de Psicologia, têm a responsabilidade crescente de orientar e fiscalizar não apenas as práticas profissionais, mas também o posicionamento e a exposição dos serviços dos psicólogos nas redes sociais. Esta atenção ampliada é crucial em um contexto em que a presença online desempenha um papel significativo na forma como os profissionais se apresentam e se comunicam com o público. Garantir que tais

interações estejam alinhadas com os princípios éticos da profissão é fundamental para preservar a integridade e a confiança na psicologia como campo de atuação.

Além disso, uma prática que visa exclusivamente o desenvolvimento da potencialidade individual e não busca ampliar a inclusão, a diminuição das desigualdades, a emancipação dos sujeitos contextualizada e, principalmente, a promoção do coletivo como saída para as opressões, não pode ser uma prática que transforma o mundo em um lugar possível e viável para todas as pessoas.

As críticas apontadas por esse trabalho não desejam obstaculizar a expansão e abrangência das psicociências, uma vez que é inegável a sua relevância para a promoção da saúde e do bem-estar, tanto individual quanto coletivo. Ao contrário, a análise crítica busca, assim, fortalecer os alicerces éticos que as norteiam, assegurando que sua evolução não comprometa os valores que as fundaram. Isso implica em uma constante revisão e readequação, de modo a preservar a integridade desses saberes e garantir que suas contribuições continuem a ser benéficas para toda a sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDO, Ambrozio. Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida Kínesis. **Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, [S.l.], v. 4, n. 8, 2012.

ALMEIDA, Cléber Lúcio de; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de. **Neoliberalismo, subjetividades e mutação antropológica e política**. [S.l.]. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. **Paixões, sentimentos morais e emoções. Uma história do poder emocional sobre o homem econômico**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAUJO, Hugo de Lima. **Mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa**: neoliberalismo, psicologização e investigação científica. 2019. Dissertação (Mestrado Integrado de Psicologia), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2019.

BARBOSA, Silva; MAGNO, Átila. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 19, n. 38, p. 121–140, fev. 2011.

BEDOYA-HERNANDEZ, Maurício; CASTRILLON-ALDANA, Alberto. Psicociencias y gobierno de la subjetividad. **Latreia**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 18-28, 2018.

BENELLI, Silvio José. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, p. 515-536, 2009.

BONAFÉ, Margarete Maria de Campos. **A antropomorfização do mercado: análise de um fenômeno discursivo**. 2018. 108 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRIALES, Alvaro. Emprendedores fracasados: individualización neoliberal en los discursos sobre el desempleo. **Recerca**: revista de pensament i anàlisi, n. 20, p. 79-104, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BRUNO, Fernanda Glória; Pereira, Paula Cardoso; Bentes, Ana Carolina Franco; FALTAY, Paulo. ANTUNES, Mariana; COSTA, Débora Dantas Pio da; STRECKER, Helena da; ROCHA, Natássia Salgueiro. “Tudo por conta própria”: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológico. **Revista**

**Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, [S.l.], v. 15, n. 1, 2021.

BUTLER, Judith. Vida Precária Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

CAETANO, Carla; BRANDÃO, Leonardo. Quanto custa ser feliz? Sobre mecanismos e programas imperativos de consumo do ser na sociedade neoliberal. **Revista Desenvolvimento Social**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 183–203, 2022.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**. Bogota: Editorial Planeta Colombiana, 2019.

CAMBAÚVA, Lenita Gama; SILVA JUNIOR, Maurício Cardoso da. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 25, n. 4, p. 526–535, 2005.

CAMPANELLA, Bruno; CASTELLANO, Mayka. Cultura terapêutica e Nova Era: comunicando a “religiosidade do self”. **Comunicação Mídia E Consumo**, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 171–191, 2015.

CASTELLANO, Mayka. O sucesso é ser você mesmo”: cultura terapêutica, autoestima e emoções na literatura de autoajuda. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, Porto Alegre, v. 17, n. p. 365-373, set./dez., 2015.

GIANCHINI, Ênio Paulo. HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. **Tempo Social**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 335-342, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/141124>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CRUZ, Daniel Nery da. A sociedade do hiperconsumo: uma leitura sobre o individualismo contemporâneo na visão de Gilles Lipovetsky. **Revista Filosofia Capital – RFC**, Brasília, v.8, n.15, p. 26-40, jan. 2013.

DANZIATO, Leonardo Barreira; LUCAS COSTA, Raul Max; ARRUDA, Paulo Henrique. Os Efeitos Políticos e Clínicos da Governamentalidade Neoliberal: Um Ensaio Psicanalítico. **Psicologia em Estudo**, [S.l.], v. 28, 25 out. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DESGRANGES, Nina. Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de ifood. **Pensata**, [S.l.], v. 9, n. 2, 2021.

DUNKER, Christian. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. Brasil: Boitempo, 2015.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Tradução de Pedro F. Bendassolli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

FARIAS, Miguel. **A psychological study of New Age practices and beliefs**. Oxford: Tesis doctoral sin publicar. University of Oxford, 2004.

FERNANDES, Rhuann. “Psicologizando a sociedade”: as ciências psi e a perspectiva moderna do eu: “Psychologizing Society”: the psi sciences and the modern perspective of self. **Simbiótica**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 82–105, 2023.

AUGUSTO FILHO, Florêncio; ROSA, Pablo Ornelas; MARCHIORI, Giovanna Rosario Soanno. From homo oeconomicus to the performance subject: the trajectory of the subject in the neoliberal model in the thoughts of Foucault and Byung-Chul Han. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 9, n. 4, p. e130942964, 2020.

PACHECO FILHO, Raul Albino. O capitalismo neoliberal e seu sujeito. **Mental**, Barbacena, v. 3, n. 4, p. 155-173, jun., 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272005000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FUREDI, Frank. **Therapy culture. Cultivating vulnerability in an uncertain age**. Londres: Routledge, 2004.

GALA, Paulo. A concorrência mata, o monopólio sobrevive: o capitalismo leva a concentração de mercado. **Paulo Gala**, 2018. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/a-concorrencia-mata-o-monopolio-sobrevive-o-capitalismo-leva-a-concentracao-de-mercado/> Acesso em: 14.03.2023

GARCIA, Victor Alexandre. Foucault, Hadot, e a espiritualidade nos dias de hoje: o que resta do “retorno a si”? **Mnemosine**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2023.

GRAMSCI, Antonio. “Americanismo e Fordismo”. In Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista EPTIC**, [S.l.]v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

GUZMAN, Antar Martinez; CARDENAS, Omar Medina. Resiliencia y cultura terapeutica en tiempos neoliberales: una exploracion de discursos de autoayuda. **Quaderns de Psicologia**, [S.l.], v. 23, n. 1, e1808, p. 1-23, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Brasil, v. 26, n. 1, p. 61-74, jan-jun, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Osmar. **Neoliberalismo, Educação e Emprego**. Juiz de Fora: FEME, 1999.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Patologias do social**: Arqueologias do sofrimento psíquico. Brasil: Autêntica, 2018.

LACAN, Jacques. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana em uma era de expectativas decrescentes. Brasil: Fósforo, 2023.

LEITE, Kelen Christina. Trabalho precário: precariado, vidas precárias e processos de resistências. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S.l.], n. 51, 108-125, 2020.

LEITE, Kelen Christina. **Economia de comunhão**: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. 2005. 371 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. DOSSIÊ Caderno. **CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-341, maio/ago., 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Portugal: Relógio D'água, 1983.

COSTA, Marta Nunes da. (Des)Construindo o sujeito neoliberal a partir de Foucault. **Veritas**, Porto Alegre, v. 62, n. 2, mai/ago, 2017, p. 354-376.

MOCELLIM, Alan Delazeri. Psicopolítica e mal-estar da contemporaneidade. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 94–107, 2021.

MARKOVITS, Daniel. **A Cilada da Meritocracia**. São Paulo: Intrínseca, 2021.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 25, nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>. Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. **Psicologia Política**, [S.l.], v. 16, n. 36, p. 207-226, 2016.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. **Psicologia Política**, [S.l.], v. 17, n. 40, p. 589-607, 2017.

PINTO, Vanessa Rodrigues Becker; GONÇALVES DE MOURA, Eliana Perez. O Imperativo da Felicidade na Contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. e12646, 2022.

PRADO, Carlos. Liberdade e não-liberdade em O Capital de Karl Marx. **Theoria: Revista Eletrônica de Filosofia**, [S.l.], v. 3, n. 7, 2011.

RIVERO, Nelson Eduardo Estamado. **Formação em psicologia e governamentalidade**. 2011. 159 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES CAGUANA, Adriana Victoria; BRITO AIVARADO, Leonardo Xavier. La industria cultural de la autoayuda. Crítica al sujeto neoliberal desde los derechos humanos. **Paper Universitario**, [S.l.], 2023, p. 1-26.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Freud e a Indústria Cultural: notas sobre a constituição de uma cultura narcisista. **Estudios Sobre Las Culturas Contemporáneas**, [S.l.], v. 27, n. 54, p. 61–75, 2021.

ROSA, Pablo Ornelas; PUZIO, Marcelo. Governamentalizando o empreendedorismo de si: como as "psicociências" fomentam a produção do homo oeconomicus. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, v. 2, p. 216-229, 2013.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Por que a psicanálise?** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROSANVALLON, P. **A Crise do Estado Providência**. UnB: Brasília, 1997.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, p.30-45, 1988.

STANDING, Guy. **O precariado**. A nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFATLE, Vladimir. Pinheiro. O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. **Veritas**, Porto Alegre, v. 60, n. 1, p. 12–49, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/20196>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; SILVA JÚNIOR, Nelson da. **Patologias do social**: Arqueologias do sofrimento psíquico. Brasil: Autêntica Editora, 2018

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma: Contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016

SLEE, Tom. **Uberização: a Nova Onda do Trabalho Precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA, Veronica Laveli de. **Digital influencers: um estudo sociológico sobre o empreendedorismo digital e a cultura da recomendação**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

TAVARES, Larissa Ferreira. **Em busca da melhor versão contra si mesmo: sobre o coaching, a verdade e o governo pela liberdade no neoliberalismo**. 2021. Orientador: Renê Birochi. 2021. 151 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

TUCKER, James. New age religion and the cult of the self. Symposium: America's Therapeutic Culture. **Society**, [S.l.], v. 39, p. 46-51, jan. 2002.

TURMINA, Adriana Cláudia; SHIROMA, Eneida. "Se você não mudar, morrerá": a (con)formação de um trabalhador de novo tipo no discurso de autoajuda. **Revista Brasileira De Educação**, [S.l.] v. 19, n. 56, p. 165–180, 2014.

VERGARA, René Gallardo; SAAVEDRA, Rodrigo Navarrete. Nuevas Espiritualidades, Neoliberalismo Y Subjetividad. **Religião & Sociedade**, Brasil, v. 42, n. 3, p. 11-33, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.